



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS E
SUSTENTABILIDADE - PPGCS

MOISÉS DE OLIVEIRA BATISTA

**O AGROAMIGO COMO POLÍTICA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DE CARAVELAS E
NOVA VIÇOSA - BAHIA: uma análise dos anos de 2021 e 2022**

TEIXEIRA DE FREITAS – BA

2025

MOISÉS DE OLIVEIRA BATISTA

**O AGROAMIGO COMO POLÍTICA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DE CARAVELAS E
NOVA VIÇOSA - BAHIA: uma análise dos anos de 2021 e 2022**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Ciências e Sustentabilidade, da Universidade Federal do
Sul da Bahia, como parte das exigências para obtenção do
título de mestre em Ciências e Sustentabilidade.

Orientador(a): Prof (a) Dr(a). Cristina Grobério Pazó

TEIXEIRA DE FREITAS – BA

2025

Catálogo na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

- B333a Batista, Moisés de Oliveira, 1981 -
O Agroamigo como política pública nos municípios de Caravelas e Nova
Viçosa - Bahia: uma análise dos anos de 2021 e 2022. / Moisés de Oliveira
Batista. – Teixeira de Freitas, 2025.
90 f.
- Orientadora: Profa. Dra. Cristina Grobério Pazó
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia. Centro de
Formação em Desenvolvimento Territorial. Programa de Pós-Graduação em
Ciências e Sustentabilidade. Campus Paulo Freire.
1. Agroamigo. 2. Microcrédito Rural. 3. Agricultura Familiar. 4. Política
Pública. 5. Desenvolvimento Socioeconômico. I. Pazó, Cristina Grobério. II.
Título.

CDD – 332.71

Elaborado por Lucas Sousa Carvalho - CRB-5/1883

MOISÉS DE OLIVEIRA BATISTA

**O AGROAMIGO COMO POLÍTICA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DE
CARAVELAS E NOVA VIÇOSA - BAHIA: uma análise dos anos de 2021 e 2022**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Ciências e Sustentabilidade, da Universidade
Federal do Sul da Bahia, como parte das exigências para
obtenção do título de mestre em Ciências e
Sustentabilidade.

Orientador(a): Prof (a) Dr(a). Cristina Grobério Pazó

Este trabalho foi submetido à avaliação e julgado aprovado em: 30/04/2025.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Gilson Vieira Monteiro
UFSB - PPGCS

Dr. Humberto Ribeiro Júnior
UVV – Membro Externo do PPGCS

Dr. João Batista Lopes
UFSB - PPGCS

Dra. Thaís Machado de Andrade
UFRR – Membro Externo do PPGCS

ORIENTADORA

Dra. Cristina Grobério Pazó
UFSB - PPGCS

TEIXEIRA DE FREITAS - BA

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, Autor e Consumador da minha fé, pelo dom da vida e por me permitir concluir mais essa etapa na minha carreira.

Agradeço a minha esposa, Janaína e as minhas filhas Júlia e Mariana, pelo apoio incondicional e por me permitirem abdicar de momentos juntos para que eu pudesse me dedicar ao Mestrado. Vocês sempre acreditaram que seria possível.

A minha orientadora, Prof. Dra Cristina Pazó, pelo incentivo, ânimo e aprendizado ao longo desses dois anos, o meu Muito Obrigado!

Ao coordenador do PPGCS, Prof. Dr João Batista, pelos auxílios constantes e pela empatia ao longo do curso.

Ao Banco do Nordeste, na pessoa do Superintendente Estadual da Bahia, Sr Pedro José Lima Neto, por entender o propósito deste estudo e por todo apoio recebido.

A UFSB e demais professores do PPGCS por me permitirem partilhar dos seus conhecimentos que muito enriqueceram minha caminhada.

O AGROAMIGO COMO POLÍTICA PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DE CARAVELAS E NOVA VIÇOSA - BAHIA: uma análise dos anos de 2021 e 2022

Resumo: O presente estudo teve como objetivo analisar, de forma exploratória, o impacto socioeconômico do Programa de Microcrédito Rural Agroamigo como instrumento de política pública entre agricultores familiares dos municípios de Caravelas e Nova Viçosa, na Bahia, nos anos de 2021 e 2022. O foco foram beneficiários classificados na categoria Pronaf B, caracterizados por famílias com renda bruta anual de até R\$ 50.000,00, que não contratem trabalho assalariado permanente e que exercem atividades rurais agropecuárias e não agropecuárias em propriedades rurais ou áreas comunitárias próximas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, abrangendo um universo de 03 beneficiários do Agroamigo nos municípios mencionados, além de um assessor e coordenador do programa. Caracterizou-se o perfil dos empreendedores rurais que acessaram essa linha de financiamento logo após os impactos da pandemia de COVID-19, além de examinar a experiência pessoal desses agricultores com o Programa Agroamigo, especialmente quanto à sua metodologia e processos. A pesquisa analisou o funcionamento, os impactos e os desafios do programa Agroamigo, atingindo os quatro objetivos específicos propostos, quais sejam: (1) discussão teórica sobre crédito rural e políticas públicas; (2) caracterização do perfil socioeconômico dos beneficiários; (3) descrição das etapas operacionais do programa; e (4) avaliação das dificuldades enfrentadas pelos produtores. Os resultados demonstram que o Agroamigo exerce papel estratégico no fortalecimento da agricultura familiar, promovendo inclusão produtiva, especialmente entre pequenos produtores com baixa escolaridade, forte participação feminina e dependência do trabalho familiar. Observou-se que o programa possui uma metodologia bem estruturada, embora apresente gargalos operacionais, como a lentidão na análise de crédito e carência de assistência técnica contínua. A reclassificação da mandiocultura como investimento foi destacada como um avanço importante. Apesar das limitações metodológicas — como dificuldades de acesso a dados primários, restrição temporal (2021–2022), e a abrangência geográfica —, a abordagem qualitativa adotada, com triangulação de fontes, garantiu a consistência da análise. A pesquisa conclui que o Agroamigo é uma política pública consolidada e eficaz na promoção do desenvolvimento socioeconômico rural, embora requeira melhorias operacionais e fortalecimento de parcerias institucionais para ampliar seu alcance e impacto. Recomenda-se sua continuidade, com adaptações às demandas locais e atenção especial à equidade de gênero e à

modernização de sua infraestrutura. A inovação deste trabalho residiu em detectar as principais características dos mutuários que acessaram o financiamento e, a partir delas, fomentar discussões sobre o crédito rural e seus impactos na promoção do crescimento socioeconômico dessas famílias, cuja principal fonte de renda, em geral, são os benefícios assistenciais dos governos federal e estadual.

Palavras-chave: Agroamigo; Microcrédito rural; Agricultura familiar; Política pública; Desenvolvimento socioeconômico.

AGROAMIGO AS PUBLIC POLICY IN THE MUNICIPALITIES OF CARAVELAS AND NOVA VIÇOSA - BAHIA: an analysis of the years 2021 and 2022.

Abstract: This study aimed to explore the socioeconomic impact of the *Agroamigo* Rural Microcredit Program as a public policy instrument among family farmers in the municipalities of Caravelas and Nova Viçosa, in the state of Bahia, during the years 2021 and 2022. The focus was on beneficiaries classified under the Pronaf B category, defined as families with an annual gross income of up to R\$ 50,000.00, who do not hire permanent wage labor and who engage in agricultural and non-agricultural rural activities on rural properties or nearby community areas. This is a qualitative and descriptive research, involving a sample of three Agroamigo beneficiaries from the mentioned municipalities, as well as one advisor and one program coordinator. The study characterized the profile of rural entrepreneurs who accessed this line of credit shortly after the impacts of the COVID-19 pandemic and examined their personal experiences with the Agroamigo Program, particularly regarding its methodology and processes. The research analyzed the functioning, impacts, and challenges of the program, achieving the four proposed specific objectives: (1) theoretical discussion on rural credit and public policies; (2) characterization of the socioeconomic profile of the beneficiaries; (3) description of the program's operational stages; and (4) evaluation of the difficulties faced by producers. The results demonstrate that Agroamigo plays a strategic role in strengthening family farming and promoting productive inclusion, especially among small-scale producers with low levels of formal education, strong female participation, and dependence on family labor. The program has a well-structured methodology, although it faces operational bottlenecks, such as delays in credit processing and a lack of continuous technical assistance. The reclassification of cassava farming as an investment was highlighted as a significant advancement. Despite methodological limitations—including difficulties accessing primary data, temporal restriction (2021–2022), and limited geographic scope—the qualitative approach adopted, along with source triangulation, ensured the consistency of the analysis. The study concludes that Agroamigo is a consolidated and effective public policy for promoting rural socioeconomic development, though it requires operational improvements and stronger institutional partnerships to expand its reach and impact. Its continuation is recommended, with adaptations to local demands and special attention to gender equity and infrastructure modernization. The innovation of this study lies in identifying the main characteristics of borrowers

who accessed the credit, and from this, promoting discussions on rural credit and its impact on the socioeconomic growth of these families, whose main source of income is generally federal and state assistance benefits.

Keywords: Agroamigo. Rural microcredit. Family farming. Public policy. Socioeconomic development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 OBJETIVOS.....	15
1.1.1 Objetivo Geral	15
1.1.2 Objetivos Específicos	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
2.1 CRÉDITO RURAL, ARRANJOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICOS	16
2.1.1 Crédito Rural no Brasil e sua Importância para a Sustentabilidade no Nordeste	16
2.1.2 O Banco do Nordeste e a Microfinança	18
2.1.3 A Agricultura Familiar e o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	21
2.1.4 O Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) como política pública.....	27
2.2 TEORIA DOS SISTEMAS E SUA APLICAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS	33
2.2.1 Sistemas: conceitos, características, tipos e parâmetros	33
2.2.2 A Teoria Geral dos Sistemas e seus antecedentes	35
2.2.3 Importância da Teoria dos Sistemas na Prática do Microcrédito.....	37
2.2.4 Enfoque Sistêmico na Análise de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar	38
3 METODOLOGIA	41
3.1. TIPOLOGIA DO ESTUDO	42
3.2. MÉTODOS E TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS	43
3.3. PARÂMETROS ANALÍTICOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS.....	46
4 O MICROCRÉDITO E A SUSTENTABILIDADE	50
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	52
5.1 ENTREVISTA COM ASSESSOR DE CRÉDITO	52
5.2 ENTREVISTA COM COORDENADOR DE CRÉDITO	62
5.3 ENTREVISTA COM O BENEFICIÁRIO DO AGROAMIGO DE NOVA VIÇOSA	70
5.4 ENTREVISTA COM O BENEFICIÁRIO 01 DO AGROAMIGO DE CARAVELAS.....	75
5.5 ENTREVISTA COM O BENEFICIÁRIO 02 DO AGROAMIGO DE CARAVELAS.....	77
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	83
APÊNDICES.....	87

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas. Foi criado em 1995, inicialmente como uma linha de crédito de custeio e, em 1996, adquiriu características de programa governamental, passando a integrar o Orçamento Geral da União. Criado através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, teve suas normas consolidadas na Resolução no 2.310, de 29 de agosto de 1996 estando vinculado institucionalmente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). As diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais foram estabelecidas pela Lei no 11.326, de 2006, passando a agricultura familiar a ser reconhecida como segmento produtivo, o que garantiu a institucionalização das políticas públicas para ela voltadas.

O programa tem como finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda, por meio do apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante o emprego direto da força de trabalho da família produtora rural. O público-alvo do Pronaf é classificado por grupos, com especificidades próprias no que se refere às taxas de juros, aos limites de financiamento, ao bônus de adimplência e às finalidades, dentre outros aspectos. Para efeito de classificação dos agricultores familiares nos grupos do Pronaf, são excluídos da composição da renda familiar os benefícios sociais e os proventos da Previdência Rural.

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., BNB, na qualidade de principal agente financeiro do Pronaf na Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo, operacionaliza o Programa com uma proposta de desenvolvimento rural. Essa proposta tem como objetivo contribuir para melhorar a articulação das ações do Governo Federal, visando criar e fortalecer as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva no meio rural, a melhoria da qualidade de vida desses agricultores e o exercício da cidadania no campo. Seguindo essa linha, o Agroamigo é o Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste que tem como objetivo melhorar o perfil social e econômico do(a) agricultor(a) familiar do Nordeste e norte de Minas Gerais e Espírito Santo, cuja operacionalização conta com a parceria do Instituto Nordeste Cidadania (INEC). Tem

como característica a presença nas comunidades rurais por meio dos Agentes de Microcrédito e atende, de forma pioneira no Brasil, a milhares de agricultores(as) familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com exceção dos grupos A e A/C.

A metodologia inovadora do Agroamigo impulsiona a sustentabilidade dos empreendimentos rurais, a equidade de gênero no campo, a inclusão financeira dos agricultores(as) familiares e a redução de desigualdades. Segundo a FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos, um de seus objetivos estratégicos permanentes é “transmitir à sociedade o papel e a contribuição do sistema financeiro para o desenvolvimento econômico, social e sustentável do país” (FEBRABAN, 2023). As melhorias introduzidas pelo Programa abrangem: a) Conceder microcrédito com orientação e acompanhamento, de forma gradativa e sequencial; b) Atender aos clientes na própria comunidade, por meio do Agente de Microcrédito; c) Expandir, de forma quantitativa e qualitativa, o atendimento com redução de custos para o cliente; d) Agilizar o processo de concessão do crédito; e) Promover a inclusão financeira do(a) agricultor(a) familiar e seu acesso aos produtos e serviços do Banco, como por exemplo, conta-corrente, poupança, pix e cartão de débito; f) Sensibilizar os(as) agricultores(as) familiares quanto à importância da educação financeira.

A Teoria Geral dos Sistemas (TGS) é uma abordagem interdisciplinar que surgiu com o objetivo de compreender sistemas complexos, independentemente de sua área de aplicação. Essa teoria propõe que, ao analisar qualquer sistema, deve-se considerar não apenas suas partes isoladas, mas também as interações entre elas, reconhecendo que o comportamento do sistema como um todo não pode ser compreendido apenas pela análise de seus componentes individuais. Maximiano (2012) destaca que a TGS trouxe uma nova perspectiva, considerando as organizações como sistemas abertos e dinâmicos, que estão em constante interação com o ambiente.

De acordo com Chiavenato (2004), a abordagem sistêmica permite compreender o comportamento de um sistema não de maneira isolada, mas dentro de seu contexto, considerando suas interações com o ambiente e com outras partes do sistema. Maximiano (2012) enfatiza que, ao integrar diferentes áreas do conhecimento, a TGS desafiou paradigmas anteriores, tornando-se uma ferramenta fundamental para o estudo de sistemas complexos. Ela enfatiza a importância de entender o ambiente externo e como ele influencia o sistema. No contexto do microcrédito, isso significa analisar fatores econômicos, sociais e culturais que afetam os microempreendedores

(Costanzi, 2002).

A aplicação do enfoque sistêmico nesse contexto, é fundamental para compreender a complexidade e as interações que envolvem a agricultura familiar, permitindo a formulação de políticas públicas mais integradas e eficazes. Esse setor, composto por pequenas propriedades familiares, demanda soluções que considerem múltiplas variáveis interdependentes para promover seu desenvolvimento sustentável. A análise do ambiente externo — como mudanças climáticas, políticas de mercado, acesso ao crédito e tecnologias — é essencial para identificar desafios e oportunidades. Sabourin (2017) destaca a importância de entender essas influências para criar estratégias eficazes que enfrentem adversidades e aproveitem as oportunidades disponíveis.

A agricultura familiar funciona como um sistema em que aspectos econômicos, sociais e ambientais estão interligados. Por isso, políticas públicas devem promover práticas sustentáveis que integrem essas dimensões. Silva et al. (2014) alertam contra abordagens isoladas e reforçam a necessidade de um planejamento integrado. A participação dos agricultores no processo decisório é outro ponto central. O enfoque sistêmico valoriza essa inclusão, promovendo políticas mais adaptadas às realidades locais. Zimmerman et al. (2014) ressaltam que incorporar perspectivas locais fortalece a eficácia e a adesão às políticas implementadas.

Por fim, a retroalimentação — ou seja, o monitoramento contínuo e os ajustes com base nos resultados — é indispensável. Maluf e Prado (2015) enfatizam que esse processo evita a obsolescência das políticas frente às mudanças, garantindo ações mais duradouras e eficientes. Assim, o enfoque sistêmico contribui para políticas públicas mais completas e sustentáveis, que fortalecem a agricultura familiar ao integrar variáveis, promover participação e permitir ajustes contínuos.

Diante disso, o presente estudo analisou os impactos do Programa de Microcrédito do Banco do Nordeste, AGROAMIGO, como ação de política pública de desenvolvimento, a partir dos empreendedores rurais que acessaram o programa nos anos de 2021 e 2022, mais precisamente, àqueles que se enquadram como Pronaf B, ou seja aquelas famílias que possuem renda bruta familiar anual de até R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) e que não contratem trabalho assalariado permanente. Além disso, devem possuir DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) ativa ou o CAF-Pronaf (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) válido e que estejam em pleno desenvolvimento de suas atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas, averiguando se o

Agroamigo, como instrumento de política pública, foi capaz de promover melhorias na renda familiar e seu impacto socioeconômico dentre agricultores familiares dos municípios de Caravelas e Nova Viçosa - BA.

O município de Caravelas/BA, localizado no Extremo Sul da Bahia e distante 840 km da capital, Salvador, possui uma área territorial de 2.377,889 km². De acordo com o último censo do IBGE, realizado em 2022, Caravelas conta com 20.586 habitantes, um PIB per capita de R\$ 17.424,64, e 46% da população apresenta rendimento mensal de até meio salário mínimo (dados de 2010). Além disso, apenas 11,88% da população economicamente ativa, totalizando 2.444 pessoas, apresenta um salário médio mensal de 1,7 salários mínimos, resultando em um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,616.

Por sua vez, Nova Viçosa/BA, também localizada no Extremo Sul da Bahia e a 791 km de Salvador, possui uma área territorial de 1.316,379 km². Segundo o último censo do IBGE em 2022, o município tem 39.509 habitantes, um PIB per capita de R\$ 13.040,80, e 42,7% da população possui rendimento mensal de até meio salário mínimo (dados de 2010). Também, de acordo com o IBGE, o município apresenta dados que indicam uma fragilidade econômica que requer atenção, apresentando Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,654.

Vale destacar que o Agroamigo, como instrumento de política pública, é um programa de microcrédito produtivo orientado, que visa apoiar atividades produtivas de negócios de pequeno porte, mantidos por pessoas de baixa renda, não se destinando, portanto, ao financiamento do consumo; e orientado, realizado pelo agente de crédito (empregado da instituição), que é o profissional que desempenha o papel de acompanhar o empreendedor antes, durante e depois de contraído o empréstimo. De acordo com Liorens (2001) para superar a pobreza não basta simplesmente a adoção de políticas públicas compensatórias, focalizadas nos grupos mais desfavorecidos. Ainda segundo o autor, “...o importante é promover a iniciativa de desenvolvimento local endógeno e de geração de emprego produtivo para enfrentar, precisamente a pobreza e a marginalização de forma mais sustentável e consistente”.

Criado em 2004 como um projeto piloto no Estado do Piauí e posteriormente expandido para 1.954 municípios do Nordeste brasileiro, além de regiões do Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, o programa Agroamigo visa impulsionar a sustentabilidade dos empreendimentos rurais, promover a equidade de gênero no campo, fomentar a inclusão financeira de agricultores familiares e reduzir desigualdades. Essa iniciativa permite o investimento em Sistemas de

Exploração Extrativistas, produtos da Sociobiodiversidade, Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (Pronaf Bioeconomia). Tem como finalidade a implantação, utilização e recuperação de sistemas produtivos que garantam a exploração extrativista e o uso sustentável da sociobiodiversidade. Também se propõe financiar, conforme regras do Programa, tecnologias ambientais, como estações de tratamento de água, dejetos e efluentes, bem como ações de compostagem e reciclagem. Além disso, subsidia pequenos aproveitamentos hidroenergéticos e tecnologias de energia renovável, incluindo o uso de energia solar, biomassa, energia eólica, miniusinas de biocombustíveis e a substituição de combustíveis fósseis por renováveis nos equipamentos e máquinas agrícolas.

A metodologia do Agroamigo está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), abrangendo 9 dos 17 objetivos, o que reforça a importância e a relevância do Banco do Nordeste e do PRONAF em sua área de atuação. Através desse programa, busca-se promover a qualidade de vida das pessoas e a igualdade de direitos, ao mesmo tempo que se estimula o desenvolvimento econômico e a geração de renda, especialmente para camadas vulneráveis da população. Os ODS contemplados incluem: Erradicação da Pobreza; Fome Zero e Agricultura Sustentável; Igualdade de Gênero; Água Potável e Saneamento; Energia Limpa e Acessível; Trabalho Decente e Crescimento Econômico; Redução das Desigualdades; Consumo e Produção Responsáveis; Parcerias e Meios de Implementação. O trabalho está organizado em 5 capítulos correlacionados.

O Capítulo 1, Introdução, apresenta por meio de sua contextualização o tema proposto neste trabalho e sua efetiva relevância e contribuição, não apenas para o meio acadêmico, mas para a sociedade em geral. Da mesma forma foram estabelecidos os resultados esperados por meio da definição de seus objetivos, geral e específicos, e apresentadas as limitações do trabalho permitindo uma visão clara do escopo proposto.

O Capítulo 2 apresenta o Referencial Teórico, subdividido em dois temas, a saber: Crédito Rural, Arranjos Institucionais e Políticos e a Teoria dos Sistemas e Sua Aplicação em Políticas Públicas. Nesse capítulo aborda-se a revisão de literatura e seus fundamentos, com uma breve discussão sobre o assunto.

O Capítulo 3, apresenta a Metodologia utilizada na pesquisa, apresentando uma síntese dos procedimentos metodológicos empregados para o desenvolvimento da dissertação. Estão definidas as etapas utilizadas na execução do trabalho, por meio de um plano de trabalho descrito

textualmente, constando as atividades realizadas no decorrer da pesquisa, a garantia da observância e fiel cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, e posteriormente os resultados obtidos, a partir da implementação da pesquisa de campo.

O Capítulo 4, da mesma forma, apresenta referencial teórico, abordando o tema: O Microcrédito e a Sustentabilidade, permitindo a reflexão sobre a importância da ferramenta como fator de inclusão social, sobretudo na Agricultura Familiar, capaz de possibilitar a inclusão financeira e a melhoria de renda.

No Capítulo 5, Resultados e Discussões, relacionamos a experiência das entrevistas com os atores do processo, a partir da experiência de cada um, analisando criticamente, baseado na metodologia proposta, ou seja, a Teoria Geral dos Sistemas (TGS).

Nas Considerações Finais, são tecidas as conclusões do trabalho, abordando sobre o funcionamento, os impactos e os desafios do programa nos dois municípios, Caravelas e Nova Viçosa, e o Agroamigo como política pública consolidada e relevante para o fortalecimento da Agricultura Familiar. Foi possível consolidar a análise, dado o cumprimento dos objetivos propostos e os resultados alcançados pela pesquisa desenvolvida.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar, de forma exploratória, o impacto socioeconômico do Programa de Microcrédito Rural Agroamigo como instrumento de política pública entre agricultores familiares dos municípios de Caravelas e Nova Viçosa, na Bahia, nos anos de 2021 e 2022.

1.1.2 Objetivos Específicos

- ✓ Levantar as discussões clássicas e contemporâneas sobre crédito rural, agricultura familiar e políticas públicas;
- ✓ Caracterizar o perfil socioeconômico dos empreendedores rurais que acessaram a modalidade de financiamento pelo Agroamigo, durante o período estudado;
- ✓ Descrever as etapas operacionais da metodologia do Agroamigo e sua relação com os atores que operacionalizam o programa;
- ✓ Avaliar os desafios e as limitações enfrentadas pelos beneficiários na utilização do crédito do

Programa Agroamigo, considerando aspectos como acesso, gestão e resultados obtidos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CRÉDITO RURAL, ARRANJOS INSTITUCIONAIS E POLÍTICOS

2.1.1 Crédito Rural no Brasil e sua Importância para a Sustentabilidade no Nordeste

O crédito rural é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento do setor agrícola no Brasil, especialmente em regiões como o Nordeste, onde a agricultura se configura como uma das principais fontes de renda e sustento da população. Esse instrumento financeiro possibilita que os produtores rurais realizem investimentos, ampliem a produção e melhorem a qualidade dos produtos, impactando diretamente a sustentabilidade econômica, social e ambiental dessas áreas. Este texto busca discutir a relevância do crédito rural, seus efeitos nas dinâmicas econômicas e ambientais do Brasil, e, particularmente, no Nordeste brasileiro, uma região caracterizada por desafios climáticos e socioeconômicos que exigem atenção especial em termos de políticas públicas e financiamento.

O crédito rural, em sua essência, visa facilitar o acesso dos produtores rurais, tanto pequenos quanto grandes, a recursos financeiros para o custeio de suas atividades. Segundo Oliveira (2014), “o crédito rural é uma das principais políticas públicas para a promoção do desenvolvimento no meio rural, pois garante o acesso ao financiamento para a produção e a melhoria das condições produtivas”. Essa garantia de acesso aos recursos financeiros é especialmente importante em um país de grande extensão territorial e com uma diversidade agrícola tão ampla como o Brasil. No contexto brasileiro, o crédito rural é operacionalizado por meio de linhas de financiamento do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e outras instituições financeiras, que oferecem condições facilitadas, com taxas de juros diferenciadas e prazos alongados, favorecendo a produção agrícola em diversas regiões.

Além de sua função de impulsionar a produção agrícola, o crédito rural tem um papel fundamental na promoção da sustentabilidade. Conforme argumenta Barbosa (2017), “o crédito rural pode ser visto como um mecanismo que, além de estimular a produção, pode auxiliar na transição para uma agricultura mais sustentável, viabilizando a adoção de novas tecnologias, práticas conservacionistas e a promoção da diversidade produtiva”. A implementação de

tecnologias sustentáveis por meio do crédito rural não só aumenta a produtividade, como também contribui para a redução de impactos ambientais, como o desmatamento e a degradação do solo, além de estimular práticas mais eficientes de uso da água. No contexto do Nordeste, a adoção de tecnologias para conservação de solo e água é particularmente relevante, uma vez que a região enfrenta períodos de seca severa e escassez hídrica, fatores que tornam a agricultura de sequeiro desafiadora.

No caso do Nordeste brasileiro, o crédito rural assume uma relevância ainda maior devido às particularidades climáticas e socioeconômicas da região. Segundo Costa (2015), "a agricultura no Nordeste é um reflexo direto das condições climáticas adversas, onde a seca e a irregularidade das chuvas impõem limitações à produção e à qualidade de vida dos agricultores". As políticas de crédito rural se tornam, portanto, essenciais para que os agricultores nordestinos possam adaptar-se às mudanças climáticas, diversificar suas culturas e aumentar a resiliência de suas produções frente às variações climáticas extremas. Nesse sentido, a promoção de linhas de crédito específicas para a agricultura familiar e voltadas para a implementação de sistemas de irrigação e uso racional dos recursos naturais são passos fundamentais para a sustentabilidade da região.

Contudo, apesar dos avanços no acesso ao crédito rural, muitos produtores ainda enfrentam dificuldades para obter financiamento, especialmente na agricultura familiar e nas pequenas propriedades. Segundo Lima (2018), "as exigências de garantias e a burocracia presentes no processo de concessão de crédito rural são barreiras significativas para pequenos produtores, dificultando o acesso ao financiamento e, conseqüentemente, limitando o potencial de crescimento e inovação no setor". Além disso, muitos pequenos agricultores não possuem a documentação necessária ou as condições para comprovar sua capacidade de pagamento, o que reduz sua inclusão no sistema financeiro formal. Este fenômeno limita a eficácia do crédito rural como uma ferramenta de promoção da sustentabilidade e da inclusão social no campo.

O crédito rural, portanto, precisa ser pensado de forma mais inclusiva, favorecendo a agricultura familiar e os pequenos produtores, que são os mais vulneráveis às oscilações do clima e aos desafios econômicos. Para garantir que o crédito rural cumpra seu papel de promover um desenvolvimento sustentável e adaptado às realidades regionais, é necessário aprimorar as políticas públicas de financiamento, com o objetivo de garantir o acesso simplificado a recursos e minimizar as barreiras burocráticas. Segundo Almeida (2019), "é imprescindível que o crédito rural se alinhe com as necessidades e características regionais, promovendo a inclusão financeira e incentivando

práticas sustentáveis, como a agroecologia e a produção integrada de culturas”.

Diante deste panorama, é fundamental que as políticas públicas de crédito rural no Brasil se alinhem mais estreitamente com os princípios da sustentabilidade, incentivando práticas agrícolas que não apenas aumentem a produção, mas também garantam a preservação dos recursos naturais. Para o Nordeste, isso implica em fortalecer as linhas de crédito voltadas para a agricultura familiar, promover o acesso a tecnologias de baixo custo e alto impacto ambiental positivo, e criar mecanismos de apoio para que os pequenos produtores possam superar as barreiras do sistema financeiro.

Em conclusão, o crédito rural no Brasil, especialmente no Nordeste, é uma ferramenta crucial para o desenvolvimento sustentável da agricultura. Embora ainda enfrente desafios, representa uma oportunidade significativa para transformar as práticas agrícolas e promover uma economia rural mais resiliente, inclusiva e sustentável. A implementação de políticas públicas mais acessíveis, que integrem as questões ambientais e sociais, é essencial para garantir que o crédito rural seja um vetor eficaz de mudança e adaptação ao contexto climático e econômico da região.

2.1.2 O Banco do Nordeste e a Microfinança

O Banco do Nordeste (BNB) foi criado em 19 de julho de 1952, através da Lei 1.649, assinada pelo então Presidente Getúlio Vargas. Organizado como uma sociedade de economia mista de capital aberto, o banco tem mais de 90% de seu capital sob controle do Governo Federal. Com sede em Fortaleza, Ceará, o BNB atua em 2.074 municípios, abrangendo os nove estados da Região Nordeste, além de parte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e o norte do Espírito Santo, conforme a Resolução do CONDEL/SUDENE nº 156, de 15 de agosto de 2022.

Orienta-se pela missão de agir como o banco de desenvolvimento do Nordeste, com o propósito de ser reconhecido por sua capacidade de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da região. De acordo com Oliveira e Viana (2005), “o BNB é a maior instituição de fomento regional da América Latina, com uma participação de 77% no total de financiamentos realizados no Nordeste”. O banco opera como órgão executor de políticas públicas, sendo responsável pela operacionalização de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal fonte de recursos desde a criação dos fundos

constitucionais federais, em 1989.

O crédito é um mecanismo econômico que permite a transferência de recursos financeiros entre um credor, que fornece os fundos, e um devedor, que se compromete a devolver esses fundos em um prazo acordado. O crédito pode ser definido como o ato de dispor a um terceiro determinado valor, mediante a promessa de recebimento deste valor no futuro. Sua função é de antecipar o consumo, ou seja, fazer com que as pessoas sem recursos possam consumir hoje para pagar futuramente. A essência do crédito é a promessa de pagar em uma data futura determinado valor (SEBRAE, 2010). Esse sistema é baseado na confiança e na capacidade de pagamento do devedor. Desempenha um papel vital na economia ao facilitar investimentos, aumentar o consumo e promover o crescimento econômico. Através dele, consumidores podem adquirir bens de maior valor, enquanto empresas podem expandir suas operações, resultando em emprego e inovação. Para os bancos, onde o dinheiro é o produto, o crédito torna-se seu principal negócio. De acordo com Fortuna (2013), as instituições financeiras fazem o repasse dos recursos dos agentes econômicos superavitários, ou poupadores (que têm sobra de recursos disponíveis) aos agentes econômicos deficitários, ou tomadores (que necessitam de recursos).

Com o avanço tecnológico cada dia mais presente nas Instituições Financeiras, vê-se aí um grande nicho de mercado e oportunidade de crescimento, a partir da inclusão financeira que nada mais é senão proporcionar o acesso e uso dos serviços financeiros por indivíduos e empresas, especialmente aqueles que tradicionalmente são excluídos do sistema financeiro, como populações de baixa renda, minorias e pequenos agricultores e empreendedores. Com fito de sanar e minimizar essa discrepância, alguns programas governamentais e políticas públicas visam facilitar esse acesso por meio de subsídios ou parcerias com tais instituições, promovendo a bancarização. Iniciativas como essa visam aumentar a conscientização sobre o uso responsável de produtos financeiros através da educação financeira, aumento da economia local, redução da pobreza e empoderamento de comunidades, permitindo que tais indivíduos prosperem, minimizando sua dependência dos benefícios de inclusão social, como o Bolsa Família, por exemplo.

O microcrédito é uma ferramenta financeira que tem ganhado destaque nas políticas públicas de diversos países, especialmente como um mecanismo eficiente no combate à pobreza e na promoção da inclusão social. Ao fornecer pequenas quantias de dinheiro a microempreendedores e famílias de baixa renda, o microcrédito permite que aqueles que historicamente foram excluídos do sistema financeiro possam iniciar ou expandir seus próprios

negócios. Essa capacidade de gerar renda e emprego a partir de iniciativas locais é um dos aspectos mais positivos do microcrédito, transformando vidas e alimentando economias regionais. Eliminar a pobreza e reduzir a níveis toleráveis de desigualdade na distribuição de renda são metas que devem estar na agenda de prioridade no Brasil e no mundo. A exclusão de milhões de famílias do mercado formal representa forte obstáculo para a construção de um modelo verdadeiramente sustentável. Os programas de microfinanças, incluindo crédito, seguro e outros produtos do mercado financeiro para pequenos empreendedores, formais ou informais, estão entre as mais promissoras estratégias de combate à exclusão social da atualidade (Grossi, 2014).

A origem do microcrédito remonta à década de 1970, com o trabalho do economista Muhammad Yunus, que criou o Grameen Bank em Bangladesh (Lima, 2018). O conceito central era simples: pessoas de comunidades vulneráveis poderiam acessar pequenos empréstimos sem exigências rigorosas de garantias, promovendo a autonomia econômica. O sucesso do modelo rapidamente chamou a atenção global, levando a sua adoção em múltiplos contextos. Hoje, o microcrédito não é apenas uma ferramenta financeira, mas um potente instrumento de transformação social. Ele é fundamentado na crença de que o crédito não é um privilégio, mas um direito humano, e que, quando acessado de forma justa, pode capacitar indivíduos e comunidades.

Um dos grandes avanços que o microcrédito possibilita é a inclusão financeira. Milhões de pessoas ao redor do mundo carecem de acesso a serviços bancários tradicionais, vivendo na informalidade e sem chance de obter créditos para investimentos. O microcrédito preenche essa lacuna, permitindo que pequenos empreendedores iniciem suas atividades sem a necessidade de grandes garantias, algo que seria impossível em instituições financeiras convencionais. Daí, afirma Souza (2014): “Inovação no sistema brasileiro nacional, o Crediamigo tem no aval solidário uma de suas maiores forças”. Ou seja, os integrantes dos grupos formados por três a 30 empreendedores independentes avalizam-se e responsabilizam-se por todo o crédito. O impacto econômico deste acesso é significativo. As pequenas empresas geradas através do microcrédito não apenas criam postos de trabalho, mas também potencializam o consumo local, contribuindo para o aquecimento das economias regionais. Através do microcrédito, famílias podem diversificar suas fontes de renda, resultando em uma melhora substancial na qualidade de vida. A capacidade de gerar receitas adicionais proporciona maior segurança financeira, levando a um ciclo virtuoso de crescimento econômico.

Entretanto, para que o microcrédito seja efetivo como uma política pública, é crucial que

as iniciativas sejam estruturadas de maneira sustentável e ética. Diversos países têm adotado programas de microcrédito, incorporando a oferta de capacitação e educação financeira paralelamente ao crédito. Essas iniciativas ajudam os empreendedores a desenvolver habilidades essenciais para gerir seus negócios, possibilitando que utilizem melhor os recursos obtidos. Sem esse suporte adicional, há o risco de insucesso e endividamento, uma preocupação genuína em muitos programas de microcrédito. Além disso, a regulamentação adequada dos juros cobrados é essencial para a proteção dos tomadores de crédito, que muitas vezes, em um cenário de vulnerabilidade, podem ser explorados por práticas financeiras abusivas (Torga et al., 2017).

O diferencial maior da sistemática das microfinanças em relação ao sistema tradicional de financiamento é que o cliente não precisa necessariamente ir até ao banco para contratar um empréstimo, e sim os “agentes de crédito” é que vão até aos clientes. Estes agentes de crédito são os responsáveis pela análise socioeconômica dos clientes. O Banco do Nordeste (BNB) desempenha um papel crucial no microcrédito rural através do programa Agroamigo, que é uma iniciativa de microfinança rural destinada a melhorar o perfil social e econômico das famílias do campo. Este programa atende milhares de agricultores e agricultoras familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com o objetivo de proporcionar crédito produtivo e orientado para suas atividades no campo.

2.1.3 A Agricultura Familiar e o PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

De acordo com a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, considera-se um agricultor e empreendedor familiar rural aquele que não possui área maior de quatro módulos fiscais. Estes são definidos pelo município do residente, que pode variar entre cinco e cem hectares. A Lei estabelece, também, que a mão de obra predominante seja da própria família, que a maior parte da renda familiar tenha origem na propriedade e que a direção do empreendimento esteja com sua família (BRASIL, 2006). Já a Portaria MDA nº 21, de 27 de março de 2014, que estabelece as condições de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), considera uma unidade familiar de produção rural aquela composta pela família e eventuais agregados. Ainda, que na coletividade como agricultores familiares que exploram o mesmo estabelecimento, sob gestão estritamente da família, habitem a mesma residência e dependam da renda gerada pela unidade de produção (BRASIL, 2014).

Por outro lado, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (2014), entidade da Organização das Nações Unidas (ONU) que subsidia os países em relação ao desenvolvimento agrícola e combate à fome, a agricultura familiar inclui todas as atividades agrícolas de base familiar e está ligada a várias áreas do desenvolvimento rural. Esta modalidade de agricultura deve apresentar mão de obra predominantemente composta pelos membros da família, tanto homens quanto mulheres. A agricultura familiar ganha destaque internacional pelos grandes benefícios que proporciona. Em dezembro de 2011, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou, por unanimidade, que o ano de 2014 seria o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF). O Comitê Brasileiro publicou argumentos e dados sobre a agricultura familiar no mundo e enfatiza cinco grandes motivos para apoiar a iniciativa: garantir a alimentação e acabar com a fome; gerar bem-estar; combater a pobreza; proteger a biodiversidade; incentivar a mulher produtora.

A incorporação, no ano de 1999, do Grupo B nas linhas de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), compreendendo recursos de pequenos montantes para investimentos em atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural, representou um balizador no atendimento de demandas de crédito das famílias agricultoras de mais baixa renda cuja concentração no Nordeste é expressiva que, até este momento, não tinham acesso ao crédito. Esse público, em geral, não tinha acesso a produtos financeiros como conta corrente, cartão de débito ou poupança, estava à margem do processo de bancarização. A obtenção de crédito, na forma tradicional, era desestimulada pelos inúmeros obstáculos, dentre os quais, a escassez de informações e obrigatoriedade de deslocamento da zona rural para a agência bancária localizada no centro urbano.

Tais obstáculos estão presentes no cotidiano desses agricultores conforme Rego e Pinzani (2014) afirmam: “Os pobres rurais se deparam com problemas diferentes, começando pelo isolamento geográfico que resulta, quase sempre, na impossibilidade de ter acesso a serviços públicos básicos”. Cabia ao agricultor(a) familiar, no entanto, tomar a iniciativa de ir em busca de recursos financeiros para desenvolver suas atividades, arcando com o custo resultante dos diversos deslocamentos para contatos com a entidade elaboradora da proposta de crédito e com o agente financeiro. Rego e Pinzani afirmam ainda que: “Esse isolamento faz que suas carências sejam mais profundas e difíceis de satisfazer. Nesse sentido, são mais destituídos

que os pobres urbanos; são verdadeiramente os worst-off da sociedade brasileira”.

No âmbito governamental, foram adotadas medidas de estímulo ao microcrédito em função da sua reconhecida eficácia na geração e manutenção de postos de trabalho e de renda para os segmentos de baixa renda da população, sendo instituído o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), regulamentado pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para facilitar e ampliar o acesso ao crédito produtivo aos microempreendedores, dentre outros objetivos. Em conformidade com a Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, as instituições de microcrédito produtivo orientado, dentre as quais, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), foram autorizadas, sob a responsabilidade da instituição financeira mandante na operacionalização do microcrédito produtivo rural, dentre outras atividades, a elaboração e análise de propostas de crédito para o referido público, ampliando assim a capacidade de atendimento aos beneficiários, concedendo aos agricultores(as) familiares crédito orientado e acompanhado e planejamento participativo das atividades econômicas das unidades familiares rurais, sendo esse serviço prestado de forma gratuita ao agricultor familiar.

O programa subdivide os(as) agricultores(as) em determinados grupos a partir de algumas características em comum e adoção de critérios de acordo com a aptidão do beneficiário(a), com objetivo de maximizar a forma de atendimento juntamente com o modelo de apoio financeiro a ser prestado uniformemente. Dentre essa subdivisão, cita-se o Pronaf A o qual propicia apoio financeiro às atividades agropecuárias de agricultores assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e de beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), mediante financiamento de investimento destinado à implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos.

O Pronaf B tem como finalidade propiciar o financiamento de investimento das atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e prestação de serviços agropecuários e não agropecuários, podendo ser financiada qualquer demanda que gere renda para a família atendida. Os agricultores familiares enquadrados no Pronaf B, possuem renda bruta anual familiar nos últimos 12 meses de até R\$ 50.000,00. Além disso, possuem determinados requisitos que são identificados por

órgãos competentes para a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou CAF (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar) a exemplo de Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR ou Empresas de Assistência Técnica – Emater), emitida de acordo com a renda anual e as atividades exploradas.

Já o Pronaf Grupo V (Renda Variável), qualifica como seu público-alvo agricultores familiares, cuja renda bruta familiar, atualmente, para os últimos 12 (doze) meses é de até R\$ 450.000,00. Tais agricultores devem residir na propriedade ou em local próximo e ter o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento.

A partir desta segmentação, criou-se também linhas de crédito a fim de atender às especificidades do público alvo, do objeto de investimento, adequação das taxas de juros, diferenciando das formas convencionais de financiamento do Pronaf, a exemplo de linhas de crédito voltadas para sustentabilidade, inovação e tecnologia no campo. Atualmente, de acordo com o regramento definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), o Plano Safra 2024/2025, “entra para a história como o Plano Safra mais agroecológico, com juros menores e mais garantias de acesso”. O plano conta ainda com um volume de R\$ 45,4 bilhões, com o objetivo de ampliar o número de agricultores beneficiados, ou seja, ampliar a pulverização do crédito, atingindo um público ainda maior, incentivando a produção sustentável de alimentos saudáveis. As linhas de crédito disponíveis possuem taxa de juros que variam de 0,5% a.a. até 6,0% a.a., reduzindo assim o custo do financiamento que é repassado ao agricultor, se comparado ao plano safra anterior.

O Pronaf Agroindústria é uma linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural, com juros de 6,0% a.a.

O Pronaf Agroecologia é também uma linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os gastos relativos à implantação e manutenção do empreendimento, com juros de 3,0% a.a.

O Pronaf Mulher é uma linha para o financiamento de investimentos em propostas de crédito para projeto específico de interesse da mulher agricultora integrante de unidade familiar, com juros que variam de 3,0% a 6,0% a.a.

O Pronaf Floresta é uma linha para o financiamento de investimentos em projetos para

sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, com juros de 3,0% a.a.

O Pronaf Semiárido é uma linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região semiárida, com juros de 3,0% a.a.

O Pronaf Jovem é uma linha para o financiamento de investimentos em propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras maiores de 16 anos e com até 29 anos, pertencentes a famílias enquadradas no público-alvo dos programas dos Pronafs, com juros de 3,0% a.a.

O Pronaf Mais Alimentos é uma linha para o financiamento de investimento em propostas destinadas a financiar atividades agropecuárias e não agropecuárias para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos, com juros que variam de 3,0% a.a. para aquisição de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas, até 6,0% a.a.

O Pronaf Comum ou Pronaf Custeio, é uma linha para o financiamento de custeio em propostas destinadas a financiar atividades agropecuárias e não agropecuárias, bem como aquisição de animais para recria e engorda, de acordo com projetos específicos, com juros que variam de 2,0% a 6,0% a.a.

Essas iniciativas não apenas facilitam o acesso ao crédito, mas também promovem a autonomia e a geração de renda nas comunidades rurais, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e regionais. No entanto, a eficácia dessas políticas depende da continuidade e da inovação nas abordagens adotadas, bem como da efetiva participação da sociedade civil no processo de formulação e monitoramento das políticas públicas. Diante dos desafios impostos pela crise econômica e pelas mudanças climáticas, é imprescindível que o governo e as instituições envolvidas mantenham o compromisso de apoiar a agricultura familiar, promovendo a inclusão e a sustentabilidade.

De acordo com diversos especialistas, a agricultura familiar desempenha um papel crucial

na economia brasileira. Segundo o sociólogo e pesquisador, José Graziano da Silva, ex-diretor-geral da FAO, “a agricultura familiar é responsável por cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros.” Essa contribuição é essencial, especialmente em um país com a dimensão do Brasil, onde a diversidade de regiões e climas permite uma ampla gama de produções. Assim, o acesso ao crédito facilitado pelo Pronaf se torna uma condição necessária para que pequenos agricultores possam investir e modernizar suas propriedades, aumentando a produtividade e a qualidade de suas colheitas.

Além disso, o Pronaf tem um impacto substancial na promoção da sustentabilidade. O agrônomo Vandrê Santos Rodrigues, em suas pesquisas sobre agroecologia, assinala que “os agricultores que recebem apoio financeiro e técnico tendem a adotar práticas mais sustentáveis”. O Pronaf oferece linhas de crédito voltadas especificamente para a agroecologia e a preservação ambiental, incentivando os agricultores a enfrentar questões como o desmatamento e a degradação do solo. Isso não apenas ajuda a preservar os recursos naturais, mas também melhora a qualidade dos produtos e a saúde das comunidades.

Ribeiro (2018) enfatiza que o Pronaf também deve ser visto como um instrumento de desenvolvimento social e econômico que pode mitigar as desigualdades regionais, uma vez que as condições de vida e as oportunidades variam significativamente entre as diferentes regiões do Brasil. O autor argumenta que, ao focar em áreas de maior vulnerabilidade, o Pronaf contribui para a coesão social e a redução da pobreza rural.

Por outro lado, Almeida e Souza (2020) alertam para os desafios enfrentados pelo Pronaf, como a necessidade de capacitação e orientação técnica para os beneficiários. Eles afirmam que, sem a devida assistência, os agricultores podem ter dificuldade em elaborar projetos viáveis, o que compromete a efetividade das linhas de crédito. Portanto, a articulação entre financiamento e apoio técnico é vista como um fator crucial para o sucesso das políticas de crédito rural.

Países com melhores resultados e indicadores do desenvolvimento humano possuem grande presença da agricultura familiar, pois desempenham um papel importante na estruturação da economia em sociedades mais democráticas e equitativas (Guanziroli et al., 2001). O mundo deve confiar na agricultura familiar para cultivar os alimentos de que necessita e pode fazê-lo de forma sustentável. Para que isso aconteça, os agricultores familiares devem ter conhecimentos e incentivos político-econômicos para a prestação de serviços ambientais fundamentais, incluindo a proteção de bacias hidrográficas e a conservação da biodiversidade (Organização das Nações

Unidas para Alimentação e Agricultura, 2014).

O programa também é um importante mecanismo de inclusão social. A professora de Economia Rural, Ana Paula Ribeiro (Ribeiro, 2018), afirma que “o Pronaf é uma ferramenta fundamental para a equidade na distribuição de renda no meio rural.” Muitas vezes, pequenos agricultores enfrentam barreiras de acesso ao crédito tradicional, e o Pronaf, ao priorizar a agricultura familiar, atua para corrigir essa injustiça. O impacto disso nas comunidades rurais é significativo, pois proporciona ganhos econômicos que se traduzem em melhor acesso à educação, saúde e infraestrutura.

Ainda, a capacitação e assistência técnica oferecidas pelo Pronaf são aspectos fundamentais que não devem ser negligenciados. Pesquisas indicam que a formação contínua dos agricultores é uma estratégia que potencializa os resultados do investimento financeiro. O economista e especialista em desenvolvimento rural, Marcos Jank, baseado no Manual de Crédito Rural do Banco Central, evidencia que “apenas oferecer crédito não é suficiente; o suporte técnico e a orientação são cruciais para que os agricultores possam aplicar eficazmente os recursos.” Isso consagra a importância de uma abordagem integrada que considere a formação e o aprendizado como pilares do desenvolvimento sustentável.

Em suma, o Pronaf é muito mais do que um programa de crédito; é uma política pública que se entrelaça com questões sociais, econômicas e ambientais. Ao fortalecer a agricultura familiar, o Pronaf não apenas garante a segurança alimentar, mas também promove a sustentabilidade e a equidade no campo. Autores e especialistas concordam que, com o apoio contínuo e a valorização do agricultor familiar, o Brasil pode se consolidar como um modelo de agricultura sustentável, equilibrando produção e respeito ao meio ambiente. Assim, o futuro da agricultura no Brasil está intrinsecamente ligado ao sucesso e à continuidade de iniciativas como o Pronaf.

2.1.4 O Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) como política pública

Dado o sucesso de seu programa de microcrédito urbano, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) teve uma iniciativa de criar em 2005, o Programa de Microcrédito Rural – Agroamigo, que tem como base o Programa Crediamigo, mas com as devidas adaptações para o setor rural. É idealizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo o programa de crédito pioneiro na atmosfera produtiva rural, concebido de acordo com as determinações

estipuladas pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO), o qual foi instituído pela Lei 11.110, de 25.04.2005, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Sua formatação contou com esforços conjuntos do Banco do Nordeste, da GTZ (*Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*) – Cooperação Alemã para o Desenvolvimento, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) (MACIEL; KHAN, 2009).

O Agroamigo foi criado como projeto piloto no Estado do Piauí e a partir de 2005 tornou-se um programa oficial do Banco do Nordeste, estendendo-se para os 2.074 municípios do Nordeste brasileiro, Nortes de Minas Gerais e do Espírito Santo. Desde então, o programa impulsiona a sustentabilidade dos empreendimentos rurais, a equidade de gênero no campo, a inclusão financeira dos agricultores(as) familiares e a redução de desigualdades. Dentro do escopo desse tipo de financiamento, é possível investir em Sistemas de Exploração Extrativistas, de Produtos da Sociobiodiversidade, Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (Pronaf Bioeconomia), com a finalidade de implantar, utilizar e recuperar sistemas produtivos de exploração extrativista e de produtos da sociobiodiversidade ecologicamente sustentável.

Tem o objetivo também de financiar tecnologias ambientais, como estação de tratamentos de água, de dejetos e efluentes, compostagem e reciclagem, além de subsidiar pequenos aproveitamentos hidroenergéticos e tecnologias de energia renovável, como o uso da energia solar, da biomassa, eólica, miniusinas de biocombustíveis e a substituição de tecnologia de combustível fóssil por renovável nos equipamentos e máquinas agrícolas.

O Agroamigo, enquanto linha de crédito do Banco do Nordeste, se insere no contexto das políticas públicas voltadas para a promoção da agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável no Brasil. Diversos autores discutem a importância do acesso ao crédito e suas implicações na melhoria das condições de vida dos agricultores. Segundo Afonso e Santos (2019), “o financiamento rural é fundamental para a viabilização de projetos produtivos e para a geração de emprego e renda nas comunidades rurais”.

O conceito de inclusão financeira, abordado por Ferreira e Lima (2020), é essencial para entender o impacto das iniciativas como o Agroamigo. “Através do crédito acessível, pequenos produtores têm a oportunidade de investir em suas atividades, garantindo não apenas a sobrevivência das propriedades, mas também o aumento da produtividade”. A pesquisa de Silva e Coelho (2018) revela que “o acesso a essas linhas de crédito facilita a capacitação técnica dos

agricultores, preparando-os para enfrentar os desafios do mercado”. Adicionalmente, segundo Pereira (2021), “a promoção do cooperativismo e das associações na agricultura familiar, apoiada por programas como o Agroamigo, é crucial para fortalecer a rede de apoio entre os produtores”. Essa estratégia não apenas amplia o acesso ao crédito, mas também fomenta a troca de conhecimentos e experiências, essenciais para a inovação e a sustentabilidade na agricultura. Em termos gerais, acredita-se que haja uma tendência de que o microcrédito surge como uma ferramenta de auxílio à redução da pobreza e das desigualdades regionais e sociais.

Tal metodologia conta ainda com aderência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), presente em 9 dos 17 objetivos, reforçando a importância e a relevância do Banco do Nordeste e do PRONAF em sua área de atuação. Essa abordagem holística tem sido fundamental para garantir a viabilidade econômica das atividades produtivas e, ao mesmo tempo, preservar o meio ambiente e promover a inclusão social e a igualdade de direitos, assim como estimulando o desenvolvimento econômico, gerando renda, sobretudo para uma classe vulnerável economicamente. Os ODS contemplados são: Erradicação da Pobreza; Fome Zero e Agricultura Sustentável; Igualdade de Gênero; Água Potável e Saneamento; Energia Limpa e Acessível; Trabalho Decente e Crescimento Econômico; Redução das Desigualdades; Consumo e Produção Responsáveis; Parcerias e Meios de Implementação.

As estratégias definidas pelo Banco do Nordeste para atendimento à Agricultura Familiar compreendem:

- Apoio ao fortalecimento das atividades desenvolvidas no meio rural, dentre as quais, agricultura, pecuária, agroindústria, fruticultura, carcinicultura, avicultura e suinocultura;
- Apoio à pesquisa, difusão e utilização de tecnologias no campo;
- Ênfase na ampliação das áreas irrigadas, com racionalização do uso dos recursos hídricos;
- Financiamento de assessoria empresarial e técnica para produtores de pequeno e médio portes;
- Incentivo à utilização de tecnologias de convivência com a seca e combate à desertificação;
- Apoio ao desenvolvimento do cerrado nordestino e regiões do MATOPIBA e SEALBA;
- Incentivo à utilização de fontes renováveis de energia como a energia solar;
- Integração dos negócios dos empreendedores financiados pelo Banco com empresas âncora;
- Apoio à inovação no campo e expansão da conectividade;
- Fortalecimento da infraestrutura hídrica;
- Integração da agricultura familiar às cadeias produtivas;
- Integração da agricultura familiar nas cadeias produtivas e com os programas do Governo em seus três níveis.

Para materializar as estratégias elencadas acima, o BNB, com o objetivo de aprimorar o

atendimento aos agricultores familiares, implantou o Agroamigo baseado na metodologia de microcrédito produtivo orientado com fito de atender demandas de financiamento, disponibilizando para esse público diversos serviços de Microfinança. Dentre os estudos mais relevantes, não podemos deixar de mencionar o de Abramovay et al. (2012). Em seu trabalho, que contou com uma base de dados de 1.572 agricultores e que foi coletada em mais de 80 municípios do Nordeste e norte de Minas Gerais, os autores ressaltam que o maior mérito do Agroamigo foi “o controle da crise de pagamento herdada da estratégia metodológica utilizada pelo PRONAF B, graças à inspiração na metodologia do programa de microfinanças urbana do BNB, o Crediamigo”. Assim, os autores reforçam a conquista da redução da inadimplência dos clientes, de forma que as famílias rurais em situação de pobreza pudessem ser beneficiadas com a oferta de crédito.

O Agroamigo trouxe inovação à concessão e acompanhamento do crédito rural, sem paralelo nas práticas realizadas no Brasil, destacando-se o atendimento na própria comunidade, promoção da inclusão financeira e da educação ambiental, convergindo em sinergia com programas do Governo Federal. O Agente de Microcrédito do Agroamigo, em geral, tem origem na sua área de atuação, o que traz como vantagens o conhecimento das potencialidades econômicas e o compromisso com o desenvolvimento local, além de inspirar confiança na comunidade, mas é na orientação e acompanhamento que o Agroamigo realiza de forma transformadora a realidade do meio rural.

O desenvolvimento da metodologia do Agroamigo contou inicialmente com a parceria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Agencia de Cooperação Técnica Alemã, Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ), segundo a REN, Revista Econômica do Nordeste. Ainda segundo a REN, o Programa tem a missão de contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar na área de atuação do Banco do Nordeste, mediante a concessão de microcrédito rural, produtivo, orientado e acompanhado, de forma sustentável, promovendo a geração de renda, inclusão produtiva, diversificação de atividades de melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares na Região. Trata-se de uma política pública voltada para a criação de acesso ao crédito para o segmento mais pobre da população.

Os agricultores familiares atendidos pelo Agroamigo, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), precisam ter rendimento bruto anual de até R\$ 360 mil ao ano, e as operações podem atingir até R\$ 400 mil (limite para uma operação), em duas modalidades, a saber: Agroamigo Crescer e Agroamigo Mais, de acordo

com as novas regras do Plano Safra 2024/2025.

O Agroamigo Crescer, voltado para agricultores enquadrados no grupo B do Pronaf, com financiamentos de até R\$ 12 mil (Doze mil reais) para homens e até R\$ 15 mil (Quinze mil reais) para mulheres. Além disso, dentro desta modalidade, ainda é possível financiar o Pronaf Jovem, para os filhos dos agricultores, com idade entre 16 a 29 anos, no montante de até R\$ 8 mil (Oito mil reais), crédito este com taxa fixa anual de 0,5% (meio) a.a., com bônus que variam de 25% (fora do semiárido) a 40% (região do semiárido) sobre o principal, de acordo com o Plano Safra 2024/2025. Já o Agroamigo Mais, atende agricultores enquadrados nos demais grupos do Pronaf, exceto A e A/C, com financiamentos de até R\$ 400 mil (Quatrocentos mil reais), de acordo com o Plano Safra 2024/2025.

Ambas as modalidades se destinam ao financiamento de atividades geradoras de renda no campo ou em aglomerado urbano próximo, sejam agrícolas, pecuárias ou outras atividades não agropecuárias no meio rural, como agroindústria, pesca, turismo rural, serviços no meio rural e artesanato. Dessa forma, o Agroamigo resulta da prioridade dada pelo Banco do Nordeste ao apoio aos agricultores familiares em reconhecimento à importância econômica e social deste segmento. Importante reforçar que durante a pandemia da COVID-19 os financiamentos ao amparo do Agroamigo seguiram as metas planejadas no ano anterior, sem nenhum tipo de paralização, afinal um dos temas estratégicos do Banco do Nordeste é “Avançar na liderança do microcrédito”, contemplando os dois programas de microcrédito atualmente em operação, o Crediamigo e o Agroamigo.

No âmbito do microcrédito rural, em 2020, o Banco do Nordeste contratou 564,8 mil financiamentos, no valor de R\$ 2,91 bilhões, beneficiando agricultores familiares da Região e registrando crescimento de 15,5% comparativamente a 2019. Em 2020, o Agroamigo comemorou 15 anos de criação, com a marca de R\$ 20 bilhões aplicados, contando, ao final do exercício, com 1,3 milhões de clientes ativos, dos quais 76,17% estão no Semiárido e 85% enquadram-se na faixa de baixa renda.

Visando a mitigação dos efeitos da crise para os produtores rurais, o BNB adotou estratégia, amparado nas Resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN – nº 4.801 de 09 de abril de 2020 que autorizou, para produtores rurais, inclusive agricultores familiares cujas atividades tenham sido prejudicadas em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela COVID-19, a prorrogação, para

até 15 de agosto de 2020, o vencimento das parcelas vencidas ou vincendas no período de 1º de janeiro de 2020 a 14 de agosto de 2020 para as operações de crédito rural de custeio e de investimento; a contratação de Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor (FGPP) ao amparo de Recursos Obrigatórios de que trata a Seção 2 do Capítulo 6 do Manual de Crédito Rural (MCR 6-2); e cria linhas especiais de crédito de custeio ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp).

Já a Resolução de nº 4.8402/CMN, de 09 de abril de 2020, por sua vez, autorizou a renegociação de parcelas e operações de crédito rural com vencimento entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2020, para produtores rurais, inclusive agricultores familiares cujas atividades tenham sido prejudicadas em decorrência das medidas de distanciamento social adotadas para mitigar os impactos da pandemia provocada pela COVID-19, também trazendo a possibilidade de novo crédito. Com tais resoluções concluímos que, o BNB cumpriu seu papel como órgão de apoio às medidas do Governo Federal, não apenas prorrogando os financiamentos, mas garantindo mais investimentos aos agricultores familiares, mitigando os efeitos da Pandemia e dando sustentação à economia regional.

Necessário citar que, nesse período em que todos adotaram o “distanciamento social”, o processo de crédito do Agroamigo passou por uma adaptação na concessão de crédito, a fim de permitir o trabalho dos agentes de microcrédito nas comunidades, automatizando etapas e utilizando as suas redes sociais para uma melhor comunicação com o seu público alvo. Outra medida também adotada, foi o lançamento do AgroamigoNet, estratégia de financiamento de kits de conectividade rural, visando impulsionar a inclusão digital dos agricultores familiares na Região, e do *WhatsApp* Agroamigo, solução que padroniza e qualifica o atendimento remoto aos produtores.

A iniciativa do Banco levou em conta dados do último Censo Agropecuário, segundo o qual 72% dos estabelecimentos rurais não dispunham de qualquer tipo de conexão. Desse total, 50% estão localizados na Região Nordeste, sendo que 91% têm área de até 100 hectares. O AgroamigoNet não é um novo programa do Pronaf, mas apenas um estímulo à contratação de financiamento, que contempla os equipamentos e a estrutura de conexão à internet, utilizando linhas de crédito já existentes.

Possibilitar a capacitação dos produtores, via EAD, a utilização de novos canais de

comercialização por meio de plataformas digitais (*Marketplace*), além de facilitar o acesso ao crédito, produtos e serviços financeiros por meio das ferramentas digitais disponibilizadas pelo Banco do Nordeste, aumentando a competitividade de atividades no meio rural e a melhoria da gestão do empreendimento por meio dos recursos tecnológicos, foram estratégias essenciais à época para que o agricultor familiar permanecesse sendo assistido pelo Agroamigo, tornando-o assim mais competitivo e ampliando, através da rede mundial de computadores sua clientela, que antes era predominantemente local e passa a ser mundial, alavancando assim o seu negócio.

Dessa forma, pode-se concluir que o Agroamigo atua como um mecanismo de política pública essencial, conforme discutido por diversos autores, ao facilitar o acesso ao crédito, promover a inclusão financeira, fomentar a capacitação técnica e fortalecer a cooperatividade entre os agricultores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Nordeste do Brasil. Esse conjunto de fatores não apenas transforma a realidade dos pequenos produtores, mas também impacta positivamente a economia regional, a segurança alimentar e a redução das desigualdades sociais.

2.2 TEORIA DOS SISTEMAS E SUA APLICAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

2.2.1 Sistemas: conceitos, características, tipos e parâmetros

A Teoria dos Sistemas é uma abordagem interdisciplinar que busca compreender a complexidade dos sistemas em diversas áreas do conhecimento. Desenvolvida inicialmente por Ludwig von Bertalanffy na década de 1960, a teoria dos sistemas tem como objetivo identificar padrões e princípios comuns que possam ser aplicados em diferentes contextos (Bertalanffy, 2008). É um grupo de unidades que combinadas desenvolvem um todo organizado. É um conjunto de partes ordenadas entre si. É uma combinação de partes fortemente relacionadas para que compitam para certo resultado. Sendo assim, um conjunto de componentes que exercem interação - entre suas partes e seu ambiente – e que possuem o funcionamento de um todo pode ser considerado um sistema.

Segundo Bertalanffy (2008), um sistema é definido como um conjunto de elementos interdependentes e interagentes que formam um todo organizado. Essa definição é ampliada por autores como Chiavenato (2004) e Maximiano (2012), que destacam a importância das interações entre as partes do sistema e seu ambiente. Os sistemas possuem características específicas que os

distinguem de meros aglomerados de elementos.

De acordo com Chiavenato (2004) e Maximiano (2012), as principais características dos sistemas são:

- **Propósito ou Objetivo:** Todo sistema tem um ou mais propósitos que orientam suas atividades.
- **Globalismo ou Totalidade:** Uma mudança em qualquer parte do sistema tende a provocar mudanças em todas as outras partes.
- **Entropia:** Tendência ao desgaste e aumento da desordem.
- **Homeostase:** Capacidade de manter um equilíbrio dinâmico frente às mudanças externas.

As unidades ou elementos dos sistemas e seus relacionamentos devem definir uma estrutura que vise sempre um propósito ou objetivo a ser alcançado. A partir disso, o sistema produzirá reação global a qualquer estímulo produzido em qualquer parte ou unidade dele, sofrendo mudanças contínuas. Dessas mudanças decorre a entropia e a homeostasia. Esta se refere à tendência de adaptação adotada pelos sistemas na intenção desses alcançarem um equilíbrio interno face às mudanças externas do ambiente, já aquela está relacionada à quantidade de informação recebida pelas partes dos sistemas. Quanto maior o nível de informação, menor a entropia, uma vez que a informação é à base da configuração e da ordem (Chiavenato, 2004; Maximiano, 2012; Churchman, 2015).

Os sistemas podem ser classificados de diferentes maneiras, e Maximiano (2012) propõe uma classificação com base na constituição e na natureza dos sistemas. Quanto à constituição, ele distingue entre sistemas físicos ou concretos, compostos por elementos materiais, como máquinas e equipamentos, e sistemas conceituais ou abstratos, formados por ideias e conceitos, como teorias e modelos. Em relação à natureza, os sistemas podem ser fechados, que não interagem com o ambiente externo, ou abertos, que mantêm uma interação constante com o ambiente, trocando matéria e energia.

A rigor, não existem sistemas fechados na definição exata do termo. Os sistemas considerados fechados, na literatura, são àqueles sistemas cujo “comportamento é totalmente determinístico e programado e que operam com muito pequeno intercâmbio de matéria e energia com o meio ambiente” (Chiavenato, 2004, p. 283). Em contrapartida, o sistema aberto mantém um

jogo de reciprocidade com as forças do ambiente evitando o aumento de entropia podendo desenvolver-se em direção a um estado de crescente ordem e organização, restaurando sua própria energia e reparando suas devidas perdas (Maximiano, 2012).

Além de suas características e tipos, os sistemas possuem parâmetros, ou seja, elementos que os constituem. Os sistemas são formados por elementos que desempenham funções específicas, conforme identificado por Chiavenato (2004) e Maximiano (2012). Eles incluem a entrada, que se refere aos recursos ou informações que alimentam o sistema; o processo, que é a transformação das entradas em saídas; a saída, que representa os resultados do processo sistêmico; a retroalimentação, um mecanismo de controle que ajusta o sistema com base nos resultados obtidos; e o ambiente, que é o contexto externo que tanto influencia quanto é influenciado pelo sistema.

Em outras palavras, o sistema se comunica com o ambiente por meio de suas entradas e saídas. As entradas são formadas pelos elementos ou recursos, tanto físicos quanto abstratos, do sistema. O processo é responsável por transformar esses elementos, resultando nas saídas, que, por meio da retroalimentação, geram um retorno do receptor para o emissor. Dependendo do tipo de retroalimentação, pode haver uma mudança no comportamento do sistema — quando a retroalimentação é negativa — ou um reforço desse comportamento, quando a retroalimentação é positiva. Esse conceito é fundamental para a Teoria Geral dos Sistemas (TGS), cujas bases começaram a ser estabelecidas na mesma época em que os pioneiros difundiam as teorias da administração. Portanto, é essencial entender algumas dessas teorias, pois seus princípios contribuíram para a formulação da TGS (Maximiano, 2012).

2.2.2 A Teoria Geral dos Sistemas e seus antecedentes

A Teoria Geral dos Sistemas (TGS) é uma abordagem interdisciplinar que surgiu com o objetivo de compreender sistemas complexos, independentemente de sua área de aplicação. Essa teoria propõe que, ao analisar qualquer sistema, deve-se considerar não apenas suas partes isoladas, mas também as interações entre elas, reconhecendo que o comportamento do sistema como um todo não pode ser compreendido apenas pela análise de seus componentes individuais. A TGS foi influenciada por uma série de avanços em diversas áreas do conhecimento, incluindo a biologia, a física e a administração, e se consolidou como um marco importante no pensamento científico moderno. Para entender sua evolução e a maneira como foi formulada, é necessário analisar seus

antecedentes, especialmente os principais conceitos que precederam o desenvolvimento dessa teoria.

A origem da TGS remonta à década de 1940, com o trabalho de Ludwig von Bertalanffy, que buscava uma teoria capaz de integrar diferentes campos do conhecimento, superando as limitações das abordagens tradicionais, que eram fragmentadas e reducionistas. Von Bertalanffy (1972) foi um dos primeiros a propagar a ideia de que todos os sistemas, independentemente de sua natureza, compartilham princípios e características comuns. Em sua obra, ele argumentava que, ao invés de tratar as ciências de forma separada, era necessário desenvolver uma teoria unificadora que aplicasse as mesmas ideias e métodos em diferentes disciplinas. Esse pensamento, que se distanciava do reducionismo típico da época, foi um dos marcos do surgimento da TGS.

Entretanto, a Teoria Geral dos Sistemas não surgiu isoladamente, mas foi influenciada por uma série de antecedentes teóricos e filosóficos que ajudaram a moldar essa visão sistêmica. Um dos primeiros conceitos que antecederam o desenvolvimento da TGS foi a ideia de sistema, que pode ser rastreada desde os trabalhos dos filósofos gregos antigos, como Platão e Aristóteles. Eles já reconheciam a importância das relações entre as partes dentro de um todo, embora, naquela época, o conceito de sistema fosse mais filosófico e abstrato. No campo da biologia, por exemplo, a teoria dos sistemas encontrou seus precursores nas ideias de organismos vivos como sistemas complexos, com a obra de Charles Darwin e sua teoria da evolução, que exemplifica como a interação entre as partes e o ambiente é fundamental para a compreensão dos sistemas biológicos (Maximiano, 2012).

Na administração, a influência de teorias anteriores também foi significativa. A abordagem mecanicista e linear predominante na administração clássica, com pensadores como Frederick Taylor e Henri Fayol, focava principalmente na eficiência e na estrutura hierárquica das organizações. No entanto, essas teorias não levavam em conta as interações dinâmicas e a complexidade dos processos organizacionais. Maximiano (2012) destaca que a TGS trouxe uma nova perspectiva, considerando as organizações como sistemas abertos e dinâmicos, que estão em constante interação com o ambiente. Essa abordagem permitiu uma análise mais flexível e adaptável das organizações, influenciando diretamente o desenvolvimento de novas teorias de administração.

Além disso, a TGS foi fortemente influenciada pela cibernética e pela física. A cibernética, com seus conceitos de controle e comunicação em sistemas, trouxe as ideias de retroalimentação e

feedback, que se tornaram essenciais para a compreensão das interações e dos processos dentro de um sistema. Na física, conceitos como sistemas fechados e abertos, equilíbrio e interação também desempenharam um papel central na formulação da TGS (MAXIMIANO, 2012). Essas influências, somadas às teorias anteriores da administração e da biologia, contribuíram para o desenvolvimento de uma teoria mais holística e integrada, capaz de compreender a complexidade dos sistemas.

A TGS, ao propagar que todos os sistemas compartilham características universais, revolucionou a forma de entender e estudar fenômenos complexos. De acordo com Chiavenato (2004), a abordagem sistêmica permite compreender o comportamento de um sistema não de maneira isolada, mas dentro de seu contexto, considerando suas interações com o ambiente e com outras partes do sistema. Essa perspectiva permitiu que a TGS fosse aplicada em diversas áreas, como administração, biologia, engenharia e ciências sociais, oferecendo uma forma mais abrangente e interconectada de analisar sistemas. Maximiano (2012) enfatiza que, ao integrar diferentes áreas do conhecimento, a TGS desafiou paradigmas anteriores, tornando-se uma ferramenta fundamental para o estudo de sistemas complexos.

Ainda, a Teoria Geral dos Sistemas surgiu como uma síntese de várias influências e conceitos oriundos de diferentes campos do saber. A integração de ideias da biologia, física, cibernética e administração, aliada aos conceitos filosóficos sobre sistemas, permitiu o desenvolvimento de uma teoria que se destaca por sua capacidade de tratar sistemas complexos de forma holística. A TGS não apenas transformou a maneira de compreender fenômenos em várias disciplinas, mas também ajudou a moldar novas abordagens em áreas como a administração, influenciando práticas e teorias até os dias de hoje (MAXIMIANO, 2012).

2.2.3 Importância da Teoria dos Sistemas na Prática do Microcrédito

A Teoria dos Sistemas é fundamental para a prática do microcrédito, pois oferece uma estrutura para entender e gerenciar a complexidade envolvida na concessão de pequenos empréstimos a microempreendedores. A primeira etapa no processo de microcrédito é a identificação e análise do ambiente em que os microempreendedores operam. A Teoria dos Sistemas enfatiza a importância de entender o ambiente externo e como ele influencia o sistema. No contexto do microcrédito, isso significa analisar fatores econômicos, sociais e culturais que afetam os microempreendedores (Costanzi, 2002).

A entrada de recursos é crucial para o funcionamento do sistema de microcrédito. Esses

recursos incluem capital financeiro, informações e apoio técnico. A Teoria dos Sistemas ajuda a identificar e gerenciar essas entradas de forma eficiente, garantindo que os recursos sejam adequadamente direcionados para os microempreendedores que mais precisam (Gonzalez e Driusso, 2008). No processamento, os recursos são transformados em serviços de microcrédito. Isso envolve a avaliação de crédito, a formação de grupos de aval solidário e a capacitação dos microempreendedores. A Teoria dos Sistemas destaca a importância de processos bem definidos e interdependentes para garantir a eficácia do sistema (Chiavenato, 2004).

As saídas do sistema de microcrédito são os empréstimos concedidos e o impacto positivo na vida dos microempreendedores. A Teoria dos Sistemas ajuda a monitorar e avaliar essas saídas, garantindo que os objetivos do programa de microcrédito sejam alcançados (Maximiano, 2012). A retroalimentação é um componente essencial na Teoria dos Sistemas, permitindo ajustes contínuos com base nos resultados obtidos. No microcrédito, isso se traduz em monitorar o desempenho dos microempreendedores e ajustar as estratégias de concessão de crédito conforme necessário para melhorar os resultados (Leite e Montoro, 2008).

Finalmente, a interação contínua com o ambiente externo é crucial. A Teoria dos Sistemas enfatiza que os sistemas abertos, como o microcrédito, devem constantemente adaptar-se às mudanças no ambiente para permanecerem eficazes. Isso inclui responder a novas necessidades dos microempreendedores e ajustar as políticas de crédito para melhor atendê-los (Gonzalez e Driusso, 2008).

2.2.4 Enfoque Sistêmico na Análise de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar

A aplicação do enfoque sistêmico na análise de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar é fundamental para compreender a complexidade e a interdependência dos diversos fatores que influenciam esse setor. A agricultura familiar, por ser caracterizada por pequenas propriedades geridas por famílias que dependem diretamente da produção agrícola para sua subsistência e renda, exige políticas públicas que considerem essa complexidade e busquem soluções integradas e sustentáveis. Nesse contexto, a adoção de uma visão sistêmica é crucial para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes, que levem em conta as múltiplas variáveis envolvidas, proporcionando um ambiente mais favorável ao desenvolvimento da agricultura familiar.

A análise do ambiente externo é um aspecto essencial para entender os desafios e as

oportunidades enfrentados pela agricultura familiar. Fatores como as mudanças climáticas, as políticas de mercado, o acesso ao crédito e as tecnologias agrícolas desempenham um papel fundamental na dinâmica desse setor. O enfoque sistêmico oferece uma visão holística dessas influências, permitindo que as políticas públicas sejam formuladas de maneira a responder de forma integrada a essas variáveis. Conforme aponta Sabourin (2017), a compreensão dessas interações externas é necessária para criar estratégias que não apenas enfrentem as adversidades, mas também aproveitem as oportunidades disponíveis para fortalecer a agricultura familiar.

A agricultura familiar pode ser considerada um sistema no qual os componentes econômicos, sociais e ambientais estão interligados. A saúde do solo, por exemplo, um componente ambiental, afeta diretamente a produtividade agrícola, que por sua vez impacta a segurança alimentar das famílias, um componente social. Essa interdependência exige que as políticas públicas sejam desenhadas para promover práticas agrícolas sustentáveis que beneficiem simultaneamente todos esses aspectos. Silva et al. (2014) ressaltam a importância de um planejamento que integre essas dimensões, evitando abordagens isoladas que não considerem os efeitos interligados de cada componente do sistema agrícola.

A participação ativa dos agricultores familiares no processo de formulação de políticas públicas é outra questão central para o sucesso das intervenções. O enfoque sistêmico valoriza a inclusão dos diversos atores envolvidos, garantindo que as políticas públicas reflitam as necessidades e as realidades locais. A criação de conselhos participativos e a realização de consultas públicas são mecanismos importantes para assegurar que a voz dos agricultores seja ouvida. Zimmerman et al. (2014) enfatizam que a integração das perspectivas locais no processo decisório contribui para a elaboração de políticas mais eficazes e adaptadas às especificidades da agricultura familiar, promovendo maior adesão e sucesso nas ações implementadas.

Por fim, a retroalimentação é um princípio-chave do enfoque sistêmico, permitindo ajustes contínuos com base nos resultados observados. Na agricultura familiar, isso implica monitorar o impacto das políticas públicas e ajustar as estratégias conforme necessário para melhorar a eficácia e a sustentabilidade das ações. Maluf e Prado (2015) destacam que a retroalimentação constante é essencial para garantir que as políticas não se tornem obsoletas diante das mudanças nas condições externas e internas, assegurando que os resultados desejados sejam alcançados de forma eficiente e duradoura.

A aplicação do enfoque sistêmico na formulação de políticas públicas para a agricultura

familiar é indispensável para lidar com as múltiplas interações e complexidades desse setor. Ao considerar os fatores ambientais, econômicos e sociais de maneira integrada, garantindo a participação dos envolvidos e a retroalimentação contínua das ações, é possível desenvolver políticas mais eficazes e sustentáveis, que promovam o desenvolvimento da agricultura familiar de maneira inclusiva e duradoura.

Segue abaixo quadro com principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores no acesso ao crédito:

Quadro 01: principais dificuldades enfrentadas no acesso ao crédito

Categoria de Dificuldade	Descrição	Frequência de Ocorrência	Observações Qualitativas
Burocracia	Excesso de documentos e trâmites formais exigidos para liberação do crédito	Alta	Muitos produtores relataram dificuldade em reunir toda a documentação solicitada
Garantias Exigidas	Necessidade de apresentar bens ou comprovações formais para concessão	Média	Agricultores com pouca formalização ou sem bens registrados enfrentam mais obstáculos
Desconhecimento das Políticas	Falta de informação sobre a existência e funcionamento do Agroamigo	Alta	Parte dos entrevistados afirmou ter conhecido o programa apenas por meio de terceiros
Falta de Capacitação Técnica	Dificuldade em elaborar planos de investimento ou aplicar recursos	Alta	Muitos beneficiários utilizaram o crédito de forma improvisada ou sem planejamento adequado
Acesso à Informação	Ausência de canais acessíveis para tirar	Média	A comunicação entre banco, agentes e beneficiários é

	dúvidas e acompanhar solicitações		precária, principalmente em áreas rurais
Infraestrutura de Atendimento	Falta de unidades do banco ou agentes em regiões remotas	Baixa	Embora menos comum, a ausência física do serviço ainda é um problema em algumas localidades
Tempo de Espera para Liberação	Longo intervalo entre solicitação e liberação do crédito	Média	Impacta diretamente no ciclo produtivo, especialmente em cultivos sazonais
Desconfiança Institucional	Medo de endividamento ou de cláusulas não compreendidas	Baixa	Relacionado à baixa escolaridade e experiências negativas anteriores com crédito

FONTE: dados da pesquisa (2025)

3 METODOLOGIA

Segundo Minayo (2010, p. 46), a metodologia vai além de uma simples descrição dos métodos e técnicas a serem utilizados em uma pesquisa. Ela representa também as conexões e interpretações que o pesquisador faz a partir de seu referencial teórico e dos objetos de estudo selecionados. Ou seja, trata-se de uma leitura operacional da realidade que fundamenta o desenvolvimento científico.

De acordo com Apollinário (2004), a pesquisa científica pode ser dividida em duas grandes vertentes quanto à sua natureza: a qualitativa e a quantitativa. Ambas são fundamentais para a construção de uma metodologia sólida, pois cada uma oferece um olhar específico sobre o objeto de investigação.

A pesquisa qualitativa está voltada para o entendimento de fenômenos, valorizando aspectos subjetivos, contextuais e simbólicos dos dados coletados. Essa abordagem busca compreender os significados que os sujeitos atribuem às suas experiências, analisando discursos, comportamentos e interações sociais.

Por outro lado, a pesquisa de cunho quantitativo se preocupa com a mensuração de fatos e variáveis, utilizando recursos estatísticos para analisar dados numéricos. Essa vertente visa identificar padrões, testar hipóteses e generalizar resultados, com base em instrumentos padronizados.

Como define Andrade (2010), a pesquisa científica é composta por um conjunto de processos sistemáticos, que têm por objetivo buscar soluções para problemas previamente estabelecidos, utilizando para isso métodos científicos adequados. Dessa forma, a definição da abordagem metodológica depende diretamente do problema de pesquisa e dos objetivos que se pretende alcançar.

Neste estudo, a escolha metodológica foi baseada na pergunta problema formulada e nos objetivos traçados para respondê-la. A pesquisa adotou uma abordagem mista, combinando elementos qualitativos e quantitativos na coleta e análise dos dados.

A abordagem mista é especialmente indicada quando o fenômeno investigado envolve diferentes dimensões, que não podem ser compreendidas apenas por meio de dados numéricos ou relatos isoladamente. Ela possibilita uma análise mais ampla, ao integrar tanto a mensuração de dados quanto a interpretação de significados.

Segundo autores como Creswell (2003), Gerhardt e Silveira (2009) e Vergara (2015), a abordagem mista permite ao pesquisador combinar estratégias metodológicas diversas, enriquecendo a análise e fortalecendo as conclusões do estudo. Essa estratégia favorece a triangulação dos dados, contribuindo para a validação dos resultados.

O uso simultâneo de métodos qualitativos e quantitativos proporciona uma visão mais completa do objeto de estudo. Enquanto os dados numéricos oferecem um panorama geral e quantificável do problema, os relatos e narrativas fornecem profundidade e contexto à investigação.

Optou-se, portanto, por essa abordagem mista neste trabalho, pois os dados obtidos foram analisados por meio de recursos estatísticos e também por meio da interpretação dos relatos dos participantes. Essa combinação permitiu explorar diferentes aspectos do problema, assegurando uma compreensão mais abrangente e fundamentada da realidade estudada.

3.1. TIPOLOGIA DO ESTUDO

Este estudo de pesquisa teve em seu arcabouço a natureza qualitativa. Importante frisar que o objetivo é realizar uma pesquisa descritiva capaz de contemplar todo universo, ou seja, 03

beneficiários do Agroamigo, sendo 02 dos município de Caravelas e 1 do município de Nova Viçosa, entre os anos de 2021 e 2022. Ademais, foram entrevistados um assessor de microcrédito rural e um coordenador responsável pela gestão do programa.

A pesquisa foi exploratória, descritiva e qualitativa. A escolha desse tipo de pesquisa justifica-se pela necessidade de se compreender os desafios e limitações que os agricultores familiares encontram ao acessar e utilizar o microcrédito oferecido pelo Programa Agroamigo, um instrumento de política pública voltado para a promoção da inclusão financeira no meio rural.

Exploratória: Justifica-se pela ausência de um estudo aprofundado sobre os impactos específicos do programa em relação aos desafios enfrentados pelos agricultores no contexto das regiões de Caravelas e Nova Viçosa.

Descritiva: O estudo descreveu as características do fenômeno estudado, detalhando as dificuldades encontradas pelos agricultores familiares durante o processo de solicitação, uso e pagamento do crédito.

Qualitativa: A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa para entender em profundidade as percepções e experiências subjetivas dos agricultores, obtendo insights sobre os fatores que dificultam o acesso e uso efetivo do microcrédito. Isso se alinha ao objetivo de compreender o impacto do programa não apenas de forma estatística, mas com uma abordagem mais humana e contextual.

3.2. MÉTODOS E TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Utilizou-se da pesquisa bibliográfica lançando mão de material elaborado, como livros, publicações periódicas, artigos científicos, impressos diversos ou, ainda, textos extraídos da internet, e documental que, segundo Carvalho, Duarte, Menezes e Souza (2019), embora este tipo de pesquisa seja semelhante à bibliográfica, difere dela por fazer uso de materiais ainda não estudados. Devido a isso, o pesquisador teve a vantagem de ir direto à fonte, sem que houvesse a possibilidade de reproduzir um erro ou uma análise precipitada, como pode ocorrer na bibliográfica. Os dados secundários tiveram como fonte o Banco do Nordeste do Brasil, através de relatórios de uso externo, nome, endereço e telefone de contato dos usuários do microcrédito para o período citado, adquiridos através da Agência do Banco do Nordeste em Teixeira de Freitas/BA.

De acordo com a definição de Bertalanffy (2008), as características dos sistemas decorrem

de dois conceitos: o de propósito ou objetivo e o de globalismo ou totalidade, sendo as demais características – entropia e homeostasia – derivadas desses.

As unidades ou elementos dos sistemas e seus relacionamentos devem definir uma estrutura que vise sempre um propósito ou objetivo a ser alcançado. A partir disso, o sistema produzirá reação global a qualquer estímulo produzido em qualquer parte ou unidade dele, sofrendo mudanças contínuas. Dessas mudanças decorre a entropia e a homeostasia. Esta se refere à tendência de adaptação adotada pelos sistemas na intenção desses alcançarem um equilíbrio interno face às mudanças externas do ambiente, já aquela está relacionada à quantidade de informação recebida pelas partes dos sistemas. Quanto maior o nível de informação, menor a entropia, uma vez que a informação é à base da configuração e da ordem (Chiavenato, 2004; Maximiano, 2012; Churchman, 2015).

No tocante aos tipos de sistemas existentes, Maximiano (2012) afirma que eles, quanto à sua constituição, são feitos de componentes físicos ou concretos e conceituais ou abstratos. Sendo os primeiros elementos os itens materiais do sistema e os segundos os comportamentos intelectuais ou emocionais das pessoas envolvidas no processo sistêmico. Ainda de acordo com o autor, os sistemas físicos ou concretos são conhecidos como sistema “hardware” por serem descritos em termos quantitativos de desempenho e os conceituais ou abstratos são os sistemas “software” por não serem explicados em termos finitos (Maximiano, 2012).

Quanto à sua natureza, os sistemas são divididos em dois tipos, a saber: Sistemas fechados: não apresentam intercâmbio com o meio ambiente, pois são herméticos a qualquer influência ambiental. Sendo assim, os sistemas fechados não recebem nenhum tipo de influência externa e, conseqüentemente, não influencia o ambiente. Não recebem recurso externo e não produzem nada que seja enviado pra fora dele; e Sistemas abertos: são sistemas que apresentam intercâmbio com o ambiente através de entradas e saídas. Eles trocam matéria e energia regularmente com o ambiente externo. A rigor, não existem sistemas fechados na definição exata do termo. Os sistemas considerados fechados, na literatura, são àqueles sistemas cujo “comportamento é totalmente determinístico e programado e que operam com muito pequeno intercâmbio de matéria e energia com o meio ambiente” (Chiavenato, 2004, p. 283). Em contrapartida, o sistema aberto mantém um jogo de reciprocidade com as forças do ambiente evitando o aumento de entropia podendo desenvolver-se em direção a um estado de crescente ordem e organização, restaurando sua própria energia e reparando suas devidas perdas

(Maximiano, 2012). Além de suas características e tipos, os sistemas possuem parâmetros, ou seja, elementos que os constituem. São eles: entrada, processo, saída, retroalimentação e meio ambiente.

A entrada é o ponto de partida do sistema, fornecendo a energia e/ou material para a operação sistêmica. O processo é o elemento que produz mudanças. Ele converte as entradas em saídas ou resultados. Os processos podem ser mentais (aprender, pensar, planejar), motores-mentais (escrever, construir, testar) e mecânicos (operar, funcionar). O processo compreende as atividades combinadas de homens e máquinas. O parâmetro saída é a finalidade para qual o sistema foi programado. São os resultados do processo. A retroalimentação tem por objetivo exercer o controle sobre os resultados. Cabe a esse elemento identificar os pontos positivos e as falhas do resultado no processo sistêmico. Por fim, tem-se o ambiente que é o meio que envolve externamente o sistema, o influenciando e sendo influenciado por ele (Chiavenato, 2004).

Em outras palavras, é através das entradas e saídas que o sistema se comunica com o ambiente. As entradas são compostas pelos elementos ou recursos físicos e abstratos do sistema. O processo transforma tais elementos repercutindo nas saídas onde, através da retroalimentação, o emissor obtém um retorno do receptor à sua mensagem podendo haver uma modificação no comportamento do sistema, quando essa retroalimentação é negativa, ou apenas o reforço desse comportamento, quando essa retroalimentação é positiva.

A ideia de todo esse contexto apresentado sobre sistemas é a base da Teoria Geral dos Sistemas – TGS e sua formação teve início na mesma época que os pioneiros difundiam as fundações de algumas teorias da administração. Logo, é importante conhecer algumas dessas teorias, posto que alguns de seus ensinamentos contribuíram para a formulação da TGS (Maximiano, 2012).

Os dados primários foram obtidos por meio de pesquisa de campo realizada através da aplicação de questionários com os membros das famílias beneficiadas com o programa nos anos de 2021 e 2022 nas cidades de Caravelas e Nova Viçosa - BA. Segundo Gil (2010) os questionários representam uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, interesses, sentimentos, expectativas, situações vivenciadas, entre outras. A utilização desta ferramenta permite uma abrangência geográfica mais ampla e envolve um número maior de respondentes, além de obter informações de um jeito mais rápido e barato,

garantindo o anonimato, dando mais liberdade aos respondentes ao escrever suas respostas. Tal método ajuda a extrair insights e significados a partir dos dados coletados, de acordo com os objetivos da pesquisa.

Sendo assim, a presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando como principal instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Essa técnica foi escolhida por permitir maior flexibilidade nas respostas, possibilitando aprofundar questões relacionadas ao funcionamento do Programa Agroamigo, suas etapas operacionais e os desafios enfrentados pelos seus gestores e beneficiários nos municípios de Caravelas e Nova Viçosa – Bahia. As entrevistas foram realizadas de forma presencial e remota, respeitando os protocolos éticos e garantindo o sigilo das informações fornecidas pelos participantes.

Foram entrevistados dois profissionais diretamente ligados à operacionalização do Agroamigo na região: um assessor de microcrédito rural e um coordenador responsável pela gestão do programa. Ambos possuem experiência prática no atendimento aos empreendedores rurais e conhecimento detalhado sobre os processos internos do programa. Além disso, foram entrevistados três beneficiários do programa nos anos de 2021 e 2022, nos municípios citados acima. As respostas obtidas foram registradas e analisadas de forma descritiva, permitindo compreender a dinâmica do programa sob a ótica dos agentes envolvidos, dos clientes, além de identificar pontos positivos, limitações e sugestões para aprimoramento.

3.3. PARÂMETROS ANALÍTICOS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

A política pública é um conjunto de ações e decisões do governo que visam resolver problemas sociais, promover o bem-estar da população e gerenciar recursos de forma eficaz. Segundo DYE (2015), "políticas públicas são aquilo que os governos escolhem fazer ou não fazer". Isso ressalta a natureza ativa e propositiva das decisões governamentais. A elaboração e implementação de políticas públicas envolvem um processo complexo que abrange diversas etapas, desde a identificação de problemas até a avaliação das soluções propostas. Bucci (2006) conceitua políticas públicas como “programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados”.

Bucci (2006) complementa: “As políticas públicas podem ser expressas em disposições constitucionais, ou em leis, ou ainda em normas infralegais, como decretos e portarias e até mesmo

em instrumentos jurídicos de outra natureza”. No campo teórico, a compreensão das políticas públicas pode ser abordada por meio de múltiplas correntes que oferecem diferentes perspectivas sobre seu funcionamento e eficácia. A Teoria da Escolha Racional, por exemplo, postula que os indivíduos agem de maneira a maximizar seus interesses pessoais, considerando os custos e benefícios de suas decisões (Rational Choice, 2011). Como argumenta Lindblom (1959), essa abordagem valoriza a análise de custo-benefício e busca a maximização do bem-estar social. No entanto, críticos apontam que essa perspectiva ignora a complexidade e a incerteza inerentes à formulação de políticas, como observado por Sabatier e Jenkins-Smith (1993), que destacam a importância de estruturas de advocacia e redes de políticas. Essa abordagem é fundamental para entender como os gestores públicos tomam decisões, levando em conta fatores como orçamento, necessidades sociais e interesses políticos.

A Teoria Institucional, por sua vez, destaca a importância das instituições e das regras estabelecidas na formulação das políticas públicas. Conforme North (1990), "as instituições são as regras do jogo em uma sociedade, ou, mais formalmente, são as restrições que estruturam as interações humanas". Essa perspectiva convida a uma análise das estruturas institucionais e de como estas afetam a criação e a implementação de políticas. Adicionalmente, a Teoria da Defesa de Interesses estipula que os grupos organizados exercem influência significativa sobre a agenda política (March; Olsen, 1998). O reconhecimento de que diferentes vozes e interesses atuam na formação das políticas é vital para a compreensão dos processos democráticos e da viabilidade de políticas inclusivas.

A abordagem incremental, proposta por Lindblom (1959), sugere que as decisões políticas ocorrem muitas vezes por meio de pequenas mudanças e ajustes, ao invés de grandes reformas. Essa perspectiva é útil para entender a resistência à mudança em sistemas burocráticos complexos repletos de incertezas e interesses conflitantes, além de destacar a necessidade de uma análise contínua das políticas em prática.

Já a Teoria do Ciclo de Políticas, conforme apresentado por Anderson (2006), descreve as etapas de elaboração, implementação, avaliação e reavaliação das políticas públicas. Esse ciclo é crucial para assegurar que as políticas sejam adaptáveis às necessidades da sociedade, permitindo ajustes conforme resultados e feedbacks são obtidos. Neste contexto, é imprescindível que as políticas públicas contemplem a participação cidadã e a transparência, elementos que têm se tornado cada vez mais centrais nas democracias contemporâneas. Como apontado por UN (2015),

"a participação efetiva dos cidadãos é fundamental para garantir que as políticas públicas respondam realmente às necessidades e demandas da sociedade". A inclusão desses elementos não apenas melhora a qualidade das políticas, mas também promove a confiança entre os governantes e a população em geral.

Harris *apud* Rego e Pianzini (2014), destacam a seguinte reflexão para fazer da satisfação das necessidades básicas uma condição fundamental para a cidadania:

Políticas sociais deveriam ser dirigidas para a garantia de um leque de opções sociais para os cidadãos de uma sociedade. As chances de vida relevantes são as exigidas para proteger o status dos indivíduos enquanto membros plenos da comunidade. A finalidade de tais políticas é a de oferecer oportunidades materiais para participar do modo de vida da sociedade. Isso implica que as necessidades sejam definidas como tudo o que for necessário para tal finalidade. Do ponto de vista das políticas sociais, um indivíduo se encontra "necessitado" na medida em que lhe faltam os recursos para participar como membro pleno da sociedade no modo de vida desta última.

Afirmam Rego e Pianzini (2014), que "tais políticas não devem ser comparadas a meros atos de caridade pública, elas são, antes de tudo instrumentos para promover autonomia individual e criar senso de comunidade". Daí, pode-se afirmar que as políticas públicas são instrumentos governamentais, principalmente, capazes de gerar inclusão social dos indivíduos beneficiários dessas políticas, garantindo a promoção do bem-estar social e a concretização dos direitos fundamentais dos cidadãos, independentemente de sua ocupação ou status social. Isso inclui aqueles que enfrentam dificuldades, como desemprego, doenças ou falta de qualificação.

O princípio da Igualdade, consagrado no artigo 5º, caput, da Constituição Federal Brasileira de 1988, é um dos pilares do Estado democrático brasileiro. Este princípio estabelece que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza", o que implica a proibição de discriminação com base em raça, gênero, religião ou orientação sexual. Este princípio é fundamental para a promoção da justiça social e para a proteção dos direitos individuais, assegurando que todos os indivíduos tenham acesso equitativo a oportunidades e recursos, além de um tratamento justo nas esferas pública e privada. De acordo com José Afonso da Silva (2018), "a igualdade não deve ser entendida apenas em sua dimensão formal, mas também sob a perspectiva da igualdade material, que busca reduzir as desigualdades estruturais e promover condições equitativas para todos".

Entretanto, a implementação do princípio da igualdade enfrenta desafios consideráveis. A desigualdade social, econômica e regional no Brasil ainda é muito evidente, e diversas formas de

discriminação perpetuam ciclos de exclusão e marginalização. Para que esse princípio se torne uma realidade perceptível a todos os cidadãos, é imprescindível que haja a implementação de políticas públicas eficazes e um compromisso contínuo da sociedade e do Estado em enfrentar as desigualdades com a participação de todos os segmentos da sociedade.

A elaboração e execução de políticas públicas no Brasil é um tema complexo, marcado por desafios históricos, sociais e econômicos que refletem a diversidade e desigualdade do país. No contexto brasileiro, as políticas públicas são instrumentos fundamentais para promover o desenvolvimento social, econômico e a inclusão das diversas camadas da população. O conceito de políticas públicas envolve um conjunto de ações planejadas e executadas pelo Estado com o objetivo de atender às demandas sociais e promover o bem-estar da população. Segundo Ribeiro (2018), “as políticas públicas no Brasil são geralmente categorizadas em três tipos: distributivas, reguladoras e redistributivas”. As políticas distributivas visam à alocação de recursos e serviços, como saúde e educação; as políticas reguladoras estabelecem normativas que orientam comportamentos, como aquelas relacionadas a meio ambiente; e as políticas redistributivas têm como foco a redução das desigualdades sociais, por meio de transferências de renda e outras formas de apoio aos grupos vulneráveis.

Um dos principais desafios enfrentados na formulação dessas políticas é a desigualdade regional. De acordo com Souza R. T. de. (2017), “o Brasil apresenta uma grande disparidade no acesso a serviços públicos de qualidade entre suas regiões. O Sudeste, por exemplo, concentra investimentos e infraestrutura mais desenvolvidos em comparação com o Norte e o Nordeste”. Para atender a essa questão, políticas que visem integrar o desenvolvimento regional e promover a equidade são essenciais, mas frequentemente enfrentam obstáculos políticos e financeiros. Outro aspecto relevante é a influência dos ciclos políticos sobre a formulação de políticas públicas. Segundo pesquisa realizada por Figueiredo e Limongi (2016), “as mudanças de governo no Brasil resultam frequentemente em reorientações das políticas estabelecidas, o que pode comprometer a continuidade e a eficácia das ações”. Essa instabilidade torna-se um entrave para a implementação de políticas de longo prazo, que são necessárias para abordar problemas estruturais como a pobreza e a educação de qualidade.

Além disso, a participação da sociedade civil na construção e monitoramento de políticas públicas é fundamental. Investigação de Araújo e Silva (2019) destaca que, “quando os cidadãos e organizações não governamentais se envolvem no processo, as políticas tendem a ser mais eficazes

e a refletir melhor as necessidades da população”. A transparência e a capacidade de engajamento da sociedade na formulação de políticas públicas são também vitais para garantir a responsabilização do Estado. No que diz respeito a políticas sociais, a análise de Campos e Figueiredo (2020) aborda a importância de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, que tiveram um impacto significativo na redução da pobreza e na melhoria das condições de vida. Os autores ressaltam que, “embora esses programas sejam eficazes, eles não devem ser a única solução, sendo necessária uma abordagem abrangente que considere emprego, educação e saúde como componentes interligados para o desenvolvimento social”.

Finalmente, o cenário atual de crise política e econômica, exacerbado pela pandemia da COVID-19, traz novos desafios e a necessidade de uma reavaliação das políticas públicas. Diversas pesquisas, incluindo o trabalho de Oliveira (2021), sugerem que “a crise sanitária revelou e acentuou as fragilidades das políticas públicas existentes, especialmente nas áreas de saúde e assistência social”. Para adequar-se a essa nova realidade, o Estado brasileiro precisará inovar e adaptar suas políticas, priorizando a inclusão, a equidade e a sustentabilidade. Em conclusão, as políticas públicas no Brasil são um terreno fértil para discussão e análise, marcada por avanços e desafios. A diversidade do país exige uma abordagem multifacetada e adaptativa, que leve em consideração as especificidades regionais e as necessidades da população. O fortalecimento da participação da sociedade civil, a continuidade e inovação nas políticas e a integração de diferentes setores são essenciais para promover o desenvolvimento e a justiça social. A reflexão sobre as políticas públicas deve ser permanente, buscando sempre a evolução e a promoção do bem-estar coletivo. A combinação dessas perspectivas teóricas, junto a uma avaliação crítica e propositiva, é essencial para o avanço das políticas públicas e para a construção de sociedades mais justas e equitativas.

4 O MICROCRÉDITO E A SUSTENTABILIDADE

O microcrédito rural, como exemplificado pelo Programa Agroamigo, tem emergido como uma ferramenta eficaz na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento econômico e social em contextos de vulnerabilidade. Conforme Carvalho et al. (2009), o microcrédito representa uma estratégia de inclusão financeira que visa a expansão da capacidade produtiva e a melhoria das condições de vida de populações tradicionalmente excluídas dos sistemas financeiros convencionais. Para a Agricultura Familiar, especificamente, o acesso ao microcrédito configura

uma oportunidade singular de fortalecimento de sua identidade rural, além de fomentar a geração de renda, o desenvolvimento econômico local e a inserção em mercados mais amplos.

De acordo com Abramovay (2004), o microcrédito rural visa romper com as barreiras estruturais da desigualdade social, representando uma resposta ao que ele denomina de "bloqueio à entrada" de grupos sociais marginalizados nos circuitos econômicos formais. No contexto da agricultura familiar, o acesso ao Programa Agroamigo permite que os agricultores possam superar as limitações impostas pela falta de acesso a crédito e, com isso, aumentar sua produção, adotar novas tecnologias e melhorar suas condições de competitividade no mercado. Dessa forma, o microcrédito possibilita a expansão das oportunidades econômicas para os agricultores, resultando em melhora na renda e redução das desigualdades sociais. Este processo de inclusão pode, portanto, ser considerado uma estratégia de empoderamento econômico que visa transformar as condições de vida dessas populações.

Em consonância com Abramovay (2004), a desigualdade estrutural é uma das principais causas do bloqueio ao acesso aos mercados, o que perpetua a exclusão social e econômica. O microcrédito, ao fornecer recursos financeiros acessíveis, abre oportunidades para que os agricultores familiares superem as limitações impostas pela exclusão financeira, permitindo-lhes acessar novos mercados e expandir suas atividades produtivas. Este processo é especialmente relevante no contexto dos municípios de Caravelas e Nova Viçosa, onde a inclusão ao Programa Agroamigo se configura como um mecanismo de integração econômica, potencializando a geração de renda e a melhoria das condições sociais dessas famílias rurais.

O conceito de qualidade de vida transcende os indicadores econômicos, abrangendo uma gama de fatores que envolvem o bem-estar físico, psicológico e social dos indivíduos. Segundo Ceboratev (1982) e Wilhelm (2003), a qualidade de vida não se limita a variáveis econômicas, mas também envolve o desenvolvimento humano pleno, o qual deve considerar o potencial do ser humano em seu ambiente físico e social. Em um contexto rural, a melhoria da renda proporcionada pelo microcrédito tem um impacto direto na qualidade de vida dos agricultores, permitindo-lhes melhorar o acesso a bens essenciais como saúde, educação e habitação. Dessa forma, a melhoria das condições de vida no âmbito rural está intrinsecamente ligada ao fortalecimento econômico, possibilitado pelo acesso ao microcrédito e sua aplicação nas atividades produtivas.

Conforme Viana (1980), os países em desenvolvimento, incluindo o Brasil, frequentemente priorizam o desenvolvimento econômico em detrimento da dimensão social. No entanto, a

interação entre essas duas esferas é fundamental para o alcance de uma sociedade mais igualitária. O microcrédito, ao possibilitar a inclusão financeira e a melhoria da renda, desempenha um papel crucial na redução das desigualdades sociais. Entretanto, sua efetividade depende da implementação de políticas públicas que não se limitem apenas ao aumento da renda monetária, mas que também promovam o acesso a direitos básicos e à qualidade de vida em um sentido mais amplo.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), conforme Maciel e Khan (2009), reflete as condições de vida de uma população por meio de indicadores como expectativa de vida, escolaridade e renda per capita. A melhora na qualidade de vida dos agricultores familiares, decorrente do acesso ao microcrédito, deve ser entendida não apenas pelo aumento da renda monetária, mas também pela transformação social e pelo acesso a bens e serviços essenciais, como educação, saúde e saneamento, fatores esses que impactam diretamente o bem-estar geral das famílias.

A análise das condições de vida deve considerar tanto os indicadores objetivos quanto a percepção subjetiva dos indivíduos sobre suas próprias condições de vida. Como afirmam Pessoa e Silveira (2009), a perspectiva subjetiva dos agricultores sobre seu bem-estar e sua qualidade de vida desempenha um papel fundamental na avaliação das políticas públicas, uma vez que pode não coincidir com os dados objetivos fornecidos por indicadores estatísticos. A percepção dos agricultores acerca dos impactos do Programa Agroamigo será, portanto, uma variável essencial nesta investigação, complementando os dados quantitativos sobre aumento da renda e expansão da produção, ao incorporar a satisfação dos beneficiários com as mudanças em sua vida cotidiana, suas expectativas futuras e sua sensação de segurança econômica.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram realizadas 5 entrevistas, sendo elas com dois profissionais da área, um assessor e um coordenador do Agroamigo e mais três beneficiários do programa, um de Nova Viçosa e dois de Caravelas.

5.1 ENTREVISTA COM ASSESSOR DE CRÉDITO

A Teoria dos Sistemas, desenvolvida por Ludwig von Bertalanffy, propõe que os diversos elementos de um sistema estão interligados e interagem entre si para formar um todo coeso e

funcional. Aplicando esse princípio à análise do programa Agroamigo, percebe-se que sua atuação não pode ser compreendida isoladamente, mas sim como parte de uma rede de componentes interativos — sociais, econômicos, institucionais e territoriais — que operam em conjunto para promover o desenvolvimento rural sustentável.

Nesse contexto, o Agroamigo representa um subsistema dentro de um sistema maior de políticas públicas voltadas à agricultura familiar no Nordeste brasileiro. Seus elementos — como o assessor de crédito, os agricultores beneficiários, os instrumentos de capacitação e os recursos financeiros — operam de maneira interdependente, formando um sistema cuja função é fortalecer economicamente os pequenos produtores e promover inclusão social.

A experiência relatada pelo entrevistado, com mais de dois anos de atuação no programa, ilustra como esse sistema tem funcionado de maneira eficaz. Tal como descrito por Bertalanffy (2008), um sistema é composto por unidades que, ao interagirem entre si e com seu ambiente, produzem efeitos sinérgicos. No Agroamigo, o assessor de crédito atua como um elo vital de articulação entre as necessidades dos agricultores e os recursos disponíveis, fortalecendo o sistema como um todo.

Abramovay et al. (2013) argumentam que o crédito rural bem direcionado tem o potencial de gerar transformações sociais profundas. No caso do Agroamigo, isso se confirma por meio de práticas orientadas, como o acompanhamento técnico e a orientação financeira. Esses elementos não são componentes isolados, mas engrenagens interligadas de um sistema cujo funcionamento busca resultados sociais duradouros.

O Agroamigo, ao oferecer crédito orientado, incorpora os princípios sistêmicos de retroalimentação e adaptação. Cada interação entre os agricultores e o programa permite ajustes e aprendizados que retroalimentam o sistema, tornando-o mais eficiente e responsivo. Como sugere Liorens (2001), o fortalecimento dos atores locais é essencial para a resiliência e autonomia das comunidades rurais, e essa lógica se manifesta na forma como o Agroamigo está estruturado.

A metodologia do programa reflete os princípios da Teoria dos Sistemas ao integrar ações de identificação, capacitação, financiamento e acompanhamento. Tais ações são partes interdependentes de um ciclo contínuo de desenvolvimento. A integração dessas etapas possibilita que o programa alcance os objetivos pretendidos e amplie sua eficácia, tal como um sistema orgânico que se ajusta às necessidades do ambiente.

Dye (2015) destaca a importância de políticas públicas orientadas por resultados mensuráveis. A atuação do Agroamigo, conforme descrita no depoimento, mostra um sistema que se esforça não apenas por conceder crédito, mas por garantir que ele seja bem aplicado, gerando impactos sociais e econômicos concretos. A redução de burocracias e o apoio contínuo aos agricultores são respostas adaptativas do sistema às exigências do seu meio.

A dimensão educativa do programa, que envolve palestras, visitas e acompanhamento técnico, representa um mecanismo interno de regulação do sistema. Ao informar e capacitar os beneficiários, o Agroamigo ajusta seu funcionamento e promove uma simbiose entre conhecimento e prática produtiva. Isso permite que o sistema se torne mais eficiente na utilização dos recursos disponíveis.

A análise de Almeida & Souza (2020) sobre os obstáculos enfrentados pela agricultura familiar reforça a importância de sistemas que promovam equidade e acessibilidade. O Agroamigo, ao funcionar como um sistema aberto, interage com contextos sociais e econômicos diversos, respondendo com soluções que buscam reduzir desigualdades estruturais.

Ribeiro (2018) aponta que o combate às desigualdades regionais passa necessariamente pelo fortalecimento de políticas inclusivas. O Agroamigo, ao focar em pequenos produtores do Nordeste, atua como uma resposta sistêmica a um ambiente historicamente negligenciado. Cada concessão de crédito orientado representa uma ação coordenada para ajustar o sistema à realidade de vulnerabilidade dos seus usuários.

Lima et al. (2008) destacam que apenas conceder crédito não basta; é preciso acompanhar sua aplicação. O Agroamigo, ao prever o acompanhamento pós-concessão, estabelece mecanismos de controle e retroalimentação que permitem avaliar o impacto e ajustar a atuação. Isso é coerente com o conceito sistêmico de monitoramento constante do funcionamento de suas partes.

Ao promover autonomia produtiva e inclusão financeira, o programa se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (2015). Trata-se de um sistema que, ao interagir com diretrizes internacionais, amplia seu alcance e reforça sua legitimidade. A abordagem sistêmica permite compreender que o Agroamigo não opera isoladamente, mas em articulação com marcos normativos e metas globais.

Segundo Neri (2008), o microcrédito pode ter um efeito transformador em contextos de pobreza. No Agroamigo, esse efeito se dá pela interdependência entre crédito, orientação e

capacitação. São componentes sistêmicos que, ao atuarem em sinergia, promovem transformação social, fortalecendo não apenas o indivíduo, mas a comunidade rural como um todo.

Os obstáculos apontados por Lima (2018) e Oliveira (2014), como a burocracia e a desinformação, podem ser vistos como entraves no fluxo sistêmico do programa. O trabalho do assessor de crédito, ao organizar documentações e oferecer palestras, representa um mecanismo de compensação que permite ao sistema manter sua funcionalidade e acessibilidade.

O papel do assessor é, portanto, essencial para garantir a coesão e a eficiência do sistema Agroamigo. Ele atua como um catalisador de fluxos de informação, crédito e apoio técnico, contribuindo para a integração das partes e a geração de resultados. Sua atuação é uma expressão prática da interdependência que caracteriza sistemas organizados.

Andrade & Almeida (2023) apontam para a importância dos critérios ESG. Inserir esses critérios no funcionamento do Agroamigo amplia sua complexidade e sua capacidade de resposta sistêmica. Um sistema que considera variáveis ambientais e sociais é mais robusto, resiliente e alinhado com os desafios contemporâneos do desenvolvimento sustentável.

Bucci (2024) enfatiza que as políticas públicas precisam ser permanentemente avaliadas. Em termos sistêmicos, isso equivale à necessidade de monitorar constantemente as interações internas e externas do sistema para ajustar suas estratégias. O Agroamigo, ao se adaptar às demandas locais, mostra-se um sistema dinâmico e em evolução.

Souza (2017) reforça que a eficácia de programas como o Agroamigo depende de sua capacidade de reduzir desigualdades. Tal eficácia é resultado do equilíbrio entre seus componentes internos e da sua relação com o ambiente externo. O programa precisa constantemente sintonizar seus objetivos com as realidades dos territórios em que atua.

A Teoria dos Sistemas nos permite compreender o Agroamigo não como um conjunto de ações isoladas, mas como uma estrutura complexa de interações orientadas para um fim comum. A sustentabilidade desse sistema depende da continuidade de suas conexões e do fortalecimento de suas articulações.

Além disso, segundo a teoria institucional de North (1990), instituições como o Banco do Nordeste desempenham papel central no desenvolvimento econômico ao criarem regras, incentivos e estruturas que moldam o comportamento dos agentes. O Agroamigo, ao estabelecer uma metodologia clara e transparente, contribui para a construção de um ambiente institucional

favorável à inclusão financeira, promovendo segurança jurídica e estabilidade para os pequenos produtores.

É importante destacar que a experiência relatada pelo entrevistado reflete um exemplo concreto do conceito de "policymaking" de Anderson (2006), no qual a implementação das políticas públicas depende fortemente da atuação dos agentes locais. A eficácia do Agroamigo, nesse sentido, passa pelo comprometimento de seus assessores, pela adequação dos processos e pelo monitoramento constante das atividades, elementos essenciais para garantir que os objetivos do programa sejam efetivamente alcançados.

Dessa forma, é possível concluir que o Agroamigo representa um modelo exitoso de política pública voltada para o desenvolvimento sustentável e inclusivo do Nordeste, mas que deve continuar atento aos desafios e oportunidades apontados pela literatura. A combinação entre crédito acessível, orientação técnica, acompanhamento contínuo e foco no fortalecimento da agricultura familiar reforça sua relevância como instrumento de transformação social, alinhado às diretrizes de desenvolvimento local, sustentabilidade e combate à desigualdade.

A atuação do Agroamigo, ao longo dos últimos anos, tem se consolidado como uma importante ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar no Nordeste, proporcionando crédito orientado e acompanhado. Conforme defendido por Abramovay et al. (2013), o crédito rural, quando bem direcionado, não apenas supre necessidades financeiras, mas também é capaz de fomentar transformações sociais e econômicas em regiões historicamente vulneráveis. Nesse contexto, os 2 anos e 4 meses de experiência relatados pelo entrevistado corroboram com a constatação de que o programa tem cumprido sua missão de desenvolver o Nordeste de forma inclusiva e sustentável.

Os principais objetivos do Agroamigo, como destacados pelo entrevistado, estão alinhados com os princípios de desenvolvimento local defendidos por Liorens (2001), que enfatiza a importância de políticas públicas voltadas para o fortalecimento de atores locais e suas capacidades produtivas. Ao promover um crédito oportuno, adequado e suficiente, o Agroamigo contribui para a dinamização econômica regional e favorece a autonomia dos produtores familiares, aspecto que também é reforçado por Souza (2014) ao tratar da atuação do Banco do Nordeste na superação da pobreza.

A metodologia do Agroamigo, centrada na identificação, orientação e acompanhamento dos clientes, segue uma lógica de política pública eficiente, tal como apontado por Dye (2015), que

ênfatisa a necessidade de políticas orientadas para resultados concretos e impacto social. A atuação proativa do assessor de crédito, descrita no depoimento, revela um esforço em reduzir a burocracia e garantir que o crédito chegue de fato aos agricultores que mais precisam, conforme os princípios de participação social destacados por Araújo & Silva (2019).

Além disso, é importante ressaltar que o Agroamigo busca preencher lacunas estruturais da agricultura familiar, historicamente negligenciada pelas grandes políticas econômicas nacionais. Segundo Almeida & Souza (2020), o acesso ao financiamento continua sendo um dos principais desafios enfrentados por pequenos produtores. A metodologia do programa, que inclui etapas como palestras informativas, visitas prévias e acompanhamento constante, funciona como mecanismo de inclusão financeira e social, combatendo desigualdades regionais, conforme observado por Ribeiro (2018).

Outro aspecto relevante é a preocupação do Agroamigo com o acompanhamento pós-concessão do crédito, prática defendida por Lima et al. (2008), que mostram que a simples disponibilização de recursos financeiros não é suficiente para promover desenvolvimento sustentável. A orientação contínua dos beneficiários minimiza riscos de inadimplência e garante que os recursos sejam utilizados de forma produtiva e estratégica, conforme previsto também no Manual do Crédito Rural do Banco Central (BCB, 2023).

A visão apresentada pelo entrevistado vai ao encontro da análise de Neri (2008) sobre microcrédito, que destaca a importância do crédito como uma ferramenta transformadora, principalmente em regiões marcadas por pobreza e baixa escolarização. O Agroamigo, ao proporcionar acesso ao crédito aliado a capacitação e assistência técnica, cumpre um papel essencial na promoção de dignidade e autonomia aos agricultores familiares, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela ONU (2015).

Por outro lado, como destacam Lima (2018) e Oliveira (2014), um dos grandes desafios no acesso ao crédito rural ainda reside na burocracia e na falta de informação por parte dos agricultores. O relato do entrevistado, ao mencionar sua função de organização de documentações e realização de palestras, evidencia uma tentativa concreta de mitigar essas barreiras. Nesse ponto, a atuação do assessor como facilitador do processo é essencial para aproximar o crédito das famílias e superar as dificuldades históricas de acesso.

Ainda assim, como apontam Andrade & Almeida (2023), é fundamental que políticas como o Agroamigo considerem critérios ESG (Ambiental, Social e de Governança) para garantir que os

financiamentos também levem em conta práticas sustentáveis. Embora o programa já tenha impacto significativo na inclusão social, há espaço para fortalecer ainda mais seu compromisso ambiental e promover práticas agroecológicas entre os beneficiários.

No campo das políticas públicas, Bucci (2024) reforça que programas como o Agroamigo precisam ser continuamente avaliados e aprimorados, levando em consideração os contextos locais e as mudanças socioeconômicas. A discussão apresentada pelo entrevistado sugere que há um alinhamento prático entre a política pública e as demandas regionais, evidenciando a eficácia do programa em reduzir desigualdades, conforme defendido por Souza (2017).

A partir das respostas apresentadas e da bibliografia indicada, é possível desenvolver uma análise crítica e fundamentada sobre o funcionamento do programa Agroamigo, seus parceiros e práticas. O Agroamigo, como política pública voltada à agricultura familiar, não atua isoladamente. Ele depende de uma rede de parcerias articuladas entre instituições financeiras, agentes de desenvolvimento, órgãos públicos e os próprios agricultores familiares. Abramovay et al. (2013) destacam a importância dessa rede colaborativa, reconhecendo que o êxito do programa está diretamente relacionado à capacidade de articulação entre esses diferentes atores.

Entre os principais parceiros identificados no Agroamigo estão o gerente geral, o gerente PRONAF, o coordenador do INEC, os Sindicatos, as Secretarias de Agricultura e, evidentemente, os próprios agricultores familiares. A interação entre esses agentes demonstra um exemplo claro do que Anderson (2006) define como “public policymaking” em ação, onde diferentes esferas (pública, privada e sociedade civil) convergem para a execução de uma política pública eficaz. Essa cooperação reforça o conceito de governança colaborativa, discutido por Araújo e Silva (2019), ao mostrar que a eficácia do programa vai além do financiamento, abrangendo também orientação técnica e fortalecimento social.

O relacionamento positivo com cada um desses parceiros tem sido um diferencial do programa, conforme mencionado nas respostas. A manutenção de contato frequente para fortalecimento dos vínculos evidencia um modelo baseado na confiança e na reciprocidade, elementos ressaltados por March e Olsen (1998) como essenciais para a consolidação de instituições eficazes. Tal prática dialoga ainda com a concepção de institucionalismo, proposta por North (1990), ao evidenciar que normas e práticas consolidadas ao longo do tempo influenciam diretamente o desempenho dos envolvidos.

Outro aspecto relevante é a metodologia de acompanhamento e cobrança adotada pelo Agroamigo. O monitoramento diário e antecipado, aliado ao contato direto em casos de inadimplência, configura uma prática de microfinanças responsável, na linha do que Neri (2008) defende ao analisar o papel do microcrédito como instrumento de inclusão social. Lima, Carvalho e Vidal (2008) também enfatizam que esse acompanhamento próximo não apenas previne inadimplências, mas fortalece a autonomia dos agricultores, permitindo que eles tenham maior controle sobre suas atividades financeiras.

Além disso, a orientação fornecida aos agricultores quanto ao controle de despesas, receitas e lucros é um dos pontos mais valiosos do programa. Conforme destaca Almeida e Souza (2020), o acesso ao crédito, sem o devido suporte técnico e educacional, pode gerar riscos de endividamento sem contribuir para o real desenvolvimento do negócio. O Agroamigo, ao realizar reuniões mensais para transmitir essas informações, atua na perspectiva defendida por Oliveira (2014), para quem políticas de crédito devem ser integradas a ações de capacitação.

O modelo de orientação financeira contínua adotado remete também ao conceito de desenvolvimento econômico local proposto por Liorens (2001), que reconhece a importância da valorização do capital humano e social nas iniciativas de fomento econômico. Dessa forma, o Agroamigo contribui não apenas para o fortalecimento das atividades produtivas, mas também para a promoção de uma cultura empreendedora sustentável no meio rural.

É importante destacar ainda que o programa, ao priorizar a agricultura familiar, alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, especialmente no que diz respeito à erradicação da pobreza e promoção da segurança alimentar. Essa abordagem encontra respaldo nos estudos de Souza (2014), que enfatizam o papel dos bancos públicos de desenvolvimento, como o Banco do Nordeste, na promoção de políticas de superação da pobreza rural.

No que tange aos desafios, autores como Lima (2018) alertam para a burocracia e dificuldades enfrentadas por pequenos produtores no acesso ao crédito rural. Entretanto, o Agroamigo, ao contar com parceiros como o IPA e o INEC, busca reduzir essas barreiras, funcionando como um facilitador entre o agricultor e o sistema financeiro formal, o que reforça a importância de uma estrutura descentralizada e acessível.

Ainda sobre os parceiros, a atuação da BahiaTer e da CEPLAC com apoio técnico e do INEC na operacionalização reflete a visão de Bucci (2014) sobre políticas públicas como processos institucionais que exigem coordenação entre diferentes níveis e setores. Essa articulação é essencial

para garantir que o crédito não seja apenas um repasse financeiro, mas uma ferramenta de transformação socioeconômica.

A interação direta com os agricultores familiares, destacada nas respostas, é outro ponto relevante, pois promove uma relação de proximidade e confiança. Essa prática é essencial para mitigar as desigualdades regionais, como apontado por Ribeiro (2018), ao assegurar que as políticas públicas atendam às especificidades locais e promovam o desenvolvimento equilibrado.

A experiência do Agroamigo mostra-se alinhada ao que Dye (2015) define como políticas públicas bem-sucedidas: aquelas que conseguem, simultaneamente, ser eficientes na execução, eficazes nos resultados e equitativas na distribuição de benefícios. O programa, ao conjugar crédito, orientação e acompanhamento, consolida-se como uma ferramenta estratégica para fortalecer a agricultura familiar e promover inclusão econômica no Nordeste brasileiro.

O acompanhamento econômico-financeiro dos beneficiários após a liberação do crédito é uma prática essencial do programa Agroamigo e reflete uma visão moderna de políticas públicas voltadas para a inclusão produtiva. Conforme Abramovay et al. (2013) destacam, o êxito do Agroamigo não reside apenas no acesso ao crédito, mas na capacidade de oferecer orientação contínua aos agricultores familiares, garantindo que o recurso seja utilizado de forma produtiva e sustentável. Esse acompanhamento permite que o agricultor compreenda melhor a gestão do seu negócio, promovendo maior segurança financeira e evitando inadimplência.

A prática de acompanhamento financeiro vai ao encontro da concepção de microfinanças responsável defendida por Lima, Carvalho e Vidal (2008), que enfatizam a importância de orientar o pequeno produtor não só na tomada do crédito, mas também na sua administração. Ao manter um contato próximo e contínuo com os clientes, o Agroamigo busca proporcionar condições para que esses agricultores possam maximizar os resultados econômicos de suas atividades, transformando o crédito em uma ferramenta de desenvolvimento, e não em um risco financeiro.

Esse modelo de acompanhamento reflete ainda o conceito de governança colaborativa, como tratado por Araújo e Silva (2019). A atuação conjunta entre o Banco do Nordeste, os agentes do programa, o INEC e os próprios agricultores familiares favorecem um ambiente de corresponsabilidade e confiança, no qual o beneficiário não é apenas um receptor passivo do crédito, mas um agente ativo no processo de desenvolvimento rural. Tal estrutura favorece a efetividade da política pública, garantindo que o recurso alcance seu objetivo social.

Os relatos positivos dos agricultores sobre o Agroamigo, como "a luz no fim do túnel", evidenciam o impacto concreto da política no cotidiano dessas famílias. Segundo Almeida e Souza (2020), programas de crédito voltados para a agricultura familiar têm potencial transformador quando aliados a juros acessíveis e assistência técnica adequada. A crítica implícita aos juros elevados praticados por outras instituições financeiras revela a importância de manter políticas públicas diferenciadas, que atendam às necessidades específicas do público rural e promovam sua inclusão produtiva.

O discurso dos beneficiários também reforça a análise de Neri (2008) sobre microcrédito como instrumento de inclusão social, ao indicar que, para muitos, o Agroamigo representa a única alternativa viável de financiamento. Essa percepção positiva aponta para um acerto no desenho da política pública, que, ao contrário de instituições privadas com foco no lucro, adota taxas compatíveis com a realidade dos agricultores familiares, reafirmando o papel do Estado como promotor do desenvolvimento regional e combate à desigualdade.

Entretanto, há pontos de aperfeiçoamento necessários, como a própria resposta destaca, especialmente no que diz respeito à digitalização e agilidade dos processos. A observação sobre a demora na fase de digitação das informações no sistema do Banco, sugere a necessidade de modernização tecnológica do programa. De acordo com Bucci (2014), políticas públicas bem-sucedidas exigem constante avaliação e adaptação às mudanças sociais e tecnológicas. Sistemas mais práticos e integrados poderiam reduzir a burocracia e otimizar o tempo dos agentes, garantindo maior eficiência no atendimento.

Essa questão da burocracia já foi abordada por Lima (2018), que identificou o excesso de formalidades e dificuldades no acesso ao crédito como um dos entraves para o pleno desenvolvimento da agricultura familiar. A simplificação dos processos, sem abrir mão da segurança, pode ampliar o alcance do programa e permitir que mais agricultores tenham acesso rápido e descomplicado aos recursos, favorecendo a sustentabilidade financeira e operacional do Agroamigo.

A digitalização eficiente dos processos também dialoga com as diretrizes de desenvolvimento sustentável estabelecidas pela ONU (2015), no que tange ao fortalecimento das instituições e à promoção do acesso igualitário aos serviços financeiros. A adoção de tecnologias acessíveis contribuiria para um modelo mais transparente e democrático, em consonância com os

princípios de inclusão defendidos por Ribeiro (2018) e Andrade & Almeida (2023), que ressaltam a importância de garantir equidade no acesso às políticas públicas.

Além da modernização tecnológica, outro aspecto a ser considerado para o aprimoramento do Agroamigo é o fortalecimento das ações de educação financeira. March e Olsen (1998) destacam que instituições eficazes são aquelas capazes de criar normas e práticas que permaneçam ao longo do tempo. Investir continuamente em capacitação, para que os agricultores compreendam a importância do planejamento financeiro e da gestão do crédito, não apenas assegura a sustentabilidade dos financiamentos, como contribui para o empoderamento dos beneficiários.

Nesse sentido, Oliveira (2014) enfatiza que o crédito rural deve ser sempre acompanhado de suporte técnico e educacional, evitando que o crédito seja uma simples transferência financeira sem efeitos duradouros. As reuniões mensais realizadas pelo Agroamigo são um avanço importante, mas poderiam ser potencializadas com maior investimento em tecnologias de educação a distância e capacitação prática, ampliando o alcance e o impacto da política pública.

Por fim, é importante destacar que o Agroamigo tem um papel estratégico na redução das desigualdades regionais no Nordeste, como afirmam Souza (2014) e Oliveira & Viana (2005). Para que essa função seja plenamente cumprida, o aperfeiçoamento constante das práticas operacionais, aliado ao fortalecimento das parcerias institucionais e à escuta ativa dos agricultores familiares, é fundamental. A participação desses beneficiários no processo de formulação e avaliação do programa, como sugere Anderson (2006), pode gerar políticas públicas mais responsivas e ajustadas às reais necessidades do público atendido.

Portanto, embora o Agroamigo já seja visto pelos clientes como um agente transformador de suas vidas, conforme evidenciado nas respostas, os desafios identificados apontam para a necessidade de contínua inovação, desburocratização e ampliação dos mecanismos de apoio. Tais ações garantirão que o programa continue sendo referência de inclusão produtiva e desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar brasileira.

5.2 ENTREVISTA COM COORDENADOR DE CRÉDITO

O Programa Agroamigo, coordenado pelo Banco do Nordeste do Brasil, tem desempenhado papel estratégico no fortalecimento da agricultura familiar no país, sendo reconhecido como uma política pública eficaz para promover inclusão financeira, sustentabilidade e desenvolvimento socioeconômico no meio rural. Os objetivos delineados pelo programa – como apoiar atividades

agropecuárias e não agropecuárias, fomentar o uso de energia solar, promover educação financeira e ampliar o acesso das mulheres ao crédito – estão alinhados com diretrizes globais de desenvolvimento sustentável (ONU, 2015) e com os princípios de políticas públicas eficazes descritos por autores como Anderson (2006) e Dye (2015).

Conforme apontado pelo coordenador entrevistado, o aumento expressivo de 52% na contratação de crédito em 2024, totalizando R\$ 8,6 bilhões, demonstra não apenas a eficiência do programa, mas também sua capacidade de adaptação às demandas do campo. Para Abramovay et al. (2013), esse crescimento revela um amadurecimento do modelo de microfinanças adotado, com foco em crédito orientado e acompanhado, elemento central para mitigar riscos e garantir a correta aplicação dos recursos.

A metodologia do Agroamigo é composta por etapas fundamentais, como a visita prévia e a visita de orientação pós-liberação, o que remete à concepção de políticas públicas baseada em acompanhamento contínuo, defendida por Araújo & Silva (2019). A visita prévia, por exemplo, contribui para diagnosticar a capacidade produtiva e a experiência do agricultor, evitando o endividamento irresponsável – aspecto também ressaltado por Lima (2018), ao discutir as dificuldades burocráticas que permeiam o acesso ao crédito na agricultura familiar.

A Teoria dos Sistemas, ao conceber a realidade como um conjunto de partes interdependentes que interagem em busca de um objetivo comum, oferece uma lente útil para compreender as múltiplas dimensões do programa Agroamigo. Nesse sentido, o incentivo à inclusão financeira de mulheres pode ser visto como um componente essencial do sistema maior de transformação social que o programa busca promover. De acordo com Andrade & Almeida (2023), mulheres rurais ainda enfrentam barreiras específicas no acesso a crédito e recursos produtivos. Ao incorporar ações que visam reduzir essas desigualdades de gênero, o Agroamigo fortalece uma das engrenagens do sistema: a equidade social.

Sob a ótica sistêmica, ao incluir ativamente as mulheres no circuito produtivo e financeiro, o programa amplia a diversidade de seus elementos e aumenta a resiliência do sistema como um todo. Essa diversificação de agentes fortalece o funcionamento do sistema, promovendo a autonomia feminina e contribuindo para a sustentabilidade social. Além disso, ao se articular com os princípios ESG (Environmental, Social and Governance), o Agroamigo integra dimensões ambientais, sociais e de governança em sua estrutura operacional, reforçando sua natureza como um sistema aberto e adaptável às exigências do ambiente externo.

No campo das políticas públicas, Bucci (2024) destaca que a eficácia de programas governamentais está relacionada à sua capacidade de se articular com os direitos fundamentais e com políticas intersetoriais. Essa articulação é característica de sistemas complexos, que dependem da interação entre diversos subsistemas para alcançar seus objetivos. O Agroamigo exemplifica esse tipo de estrutura ao conectar dimensões econômicas, educacionais, ambientais e sociais em suas ações. A promoção da educação financeira e ambiental, portanto, não é uma ação isolada, mas parte de um sistema integrado que busca fortalecer a cidadania e a sustentabilidade no meio rural.

Esse caráter multidimensional do Agroamigo revela sua afinidade com o entendimento de políticas públicas como sistemas de ação coordenada e orientados para transformação social, como defendem March & Olsen (1998). Cada política setorial — seja de crédito, educação, meio ambiente ou inclusão social — funciona como um subsistema que, quando bem articulado, contribui para o fortalecimento do todo. Assim, o Agroamigo atua como uma plataforma sistêmica que conecta e potencializa essas políticas, promovendo efeitos sinérgicos.

Outro componente sistêmico importante, evidenciado pelos dados apresentados pelo coordenador do programa, é o estímulo às atividades não agropecuárias, como o artesanato e o turismo rural. Essas ações representam um esforço deliberado de diversificação econômica, fundamental para a estabilidade e resiliência do sistema agrícola familiar. Conforme apontam Almeida & Souza (2020) e Costa (2015), essa diversificação contribui para reduzir a vulnerabilidade dos agricultores aos choques externos — como crises econômicas ou eventos climáticos extremos —, promovendo a adaptação e a sustentabilidade do sistema.

Ao incluir múltiplas fontes de renda e promover a multifuncionalidade do espaço rural, o Agroamigo cria condições para que o sistema se torne mais flexível e responsivo diante das incertezas do ambiente. Nesse sentido, o programa não apenas concede crédito, mas reestrutura o ecossistema econômico do campo, fomentando novas relações de produção e consumo. Tal estratégia está em consonância com os princípios fundamentais da Teoria dos Sistemas, que valorizam a adaptação contínua, a retroalimentação e a complexidade como características de sistemas eficientes.

Assim, observa-se que o Agroamigo não é apenas um programa de crédito rural, mas um sistema dinâmico que articula diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável. Seu funcionamento revela uma lógica sistêmica que busca integrar atores sociais, instrumentos

institucionais, saberes locais e políticas públicas em um processo contínuo de transformação e fortalecimento da agricultura familiar no Nordeste.

O crédito orientado, uma das grandes inovações do Agroamigo, segue as recomendações de estudiosos como Neri (2008) e Lima, Carvalho & Vidal (2008), que defendem o microcrédito como ferramenta potente para inclusão social e econômica. A metodologia sequencial adotada pelo programa contribui para formar um ciclo virtuoso de capacitação, aplicação responsável do crédito e crescimento sustentável dos empreendimentos rurais.

A literatura também aponta para os desafios enfrentados pelos agricultores familiares no acesso ao crédito, relacionados a burocracia e à falta de garantias, conforme discutido por Lima (2018) e Oliveira (2014). O Agroamigo busca superar tais entraves por meio do atendimento personalizado e acompanhamento técnico contínuo, tornando o processo menos oneroso e mais acessível.

O enfoque sustentável do programa, ao fomentar o uso de energia solar no campo, dialoga com as preocupações levantadas por Barbosa (2017) sobre a necessidade de políticas públicas que integrem sustentabilidade ambiental e produção agrícola. Tal orientação posiciona o Agroamigo como ferramenta alinhada às metas de desenvolvimento sustentável da ONU (2015), destacando-se no cenário nacional.

É importante destacar que o êxito do Agroamigo também se dá pela atuação articulada entre instituições financeiras, sociedade civil e poder público. Como ressaltado por Figueiredo & Limongi (2016), a continuidade e eficácia das políticas públicas dependem de articulações institucionais sólidas, característica evidenciada no programa através das parcerias com órgãos como o SEBRAE, que ampliam o impacto das ações de capacitação e orientação.

Outro aspecto relevante é a capacidade do Agroamigo de gerar emprego e ocupação no meio rural, contribuindo para diminuir as desigualdades regionais, como abordado por Ribeiro (2018) e Souza (2017). Ao fortalecer a agricultura familiar e promover inclusão produtiva, o programa contribui para reduzir os fluxos migratórios para centros urbanos, reforçando a coesão social e o desenvolvimento local, conforme enfatizado por Liorens (2001).

Por fim, é possível afirmar que o Agroamigo, ao longo dos seus anos de atuação, consolidou-se como uma política pública exemplar, combinando acesso facilitado ao crédito, acompanhamento técnico, educação financeira e responsabilidade socioambiental. Essa integração entre financiamento, sustentabilidade e inclusão social confirma a importância do programa para a

promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil, alinhando-se à visão de Oliveira & Viana (2005) sobre o papel estratégico das instituições financeiras públicas no combate à pobreza e na redução das desigualdades.

A operacionalização do Programa Agroamigo evidencia um modelo de cooperação entre múltiplos atores, entre os quais destacam-se instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil. Os principais parceiros citados são o BahiaTer, Sindicatos Rurais, Secretarias de Agricultura, Presidentes de Associações e líderes comunitários. Esses parceiros desempenham um papel estratégico no apoio à identificação de beneficiários, na orientação sobre o uso correto do crédito e no acompanhamento das atividades produtivas. Segundo Araújo & Silva (2019), a participação ativa da sociedade civil e suas instituições é essencial para garantir a efetividade das políticas públicas, assegurando que elas atendam às reais necessidades dos beneficiários.

O Instituto Nordeste Cidadania (INEC), entidade operacionalizadora do Agroamigo, estabelece uma relação de interdependência e colaboração com essas instituições. Conforme apontado por Almeida & Souza (2020), a integração entre os agentes financeiros e organizações locais fortalece o elo entre políticas públicas de crédito e desenvolvimento sustentável. No caso do Agroamigo, o INEC atua como elo entre o Banco do Nordeste e os agricultores familiares, realizando a intermediação e apoiando o processo de concessão e monitoramento dos créditos, o que reflete a importância da institucionalização das parcerias locais, conforme analisado por North (1990).

Outro aspecto importante observado na atuação do INEC é sua capacidade de estreitar relações horizontais e verticais com as demais instituições, facilitando a comunicação e a coordenação das ações. Como argumenta Bucci (2020), políticas públicas eficazes dependem de um arranjo institucional que favoreça a cooperação entre diferentes níveis de governo e atores sociais, o que é claramente percebido na gestão do Agroamigo.

No contato direto com os beneficiários, observa-se um retorno positivo quanto à experiência vivenciada com o programa. Os agricultores atendidos expressam satisfação pela oportunidade de acessar crédito com taxas reduzidas e pela possibilidade de investir em suas atividades produtivas. Esse aspecto vai ao encontro do que discute Abramovay et al. (2013), que identificam, após cinco anos de execução do programa, impactos significativos na qualidade de vida das famílias atendidas, incluindo aumento da renda e melhoria das condições habitacionais e de educação dos filhos.

Além disso, os relatos dos assessores de crédito também demonstram um alto grau de identificação com a missão do Agroamigo. Para eles, contribuir para a transformação social das famílias rurais representa não apenas um trabalho, mas um compromisso ético e social. De acordo com Lima, Carvalho & Vidal (2008), a atuação dos agentes de microfinanças deve ir além da concessão de crédito, promovendo inclusão social e cidadania, elementos claramente presentes nas falas dos profissionais envolvidos no programa.

A comparação entre os resultados esperados e os efetivamente alcançados é uma prática constante dentro do Agroamigo. Conforme destacado pelos entrevistados, essa avaliação é realizada através de reuniões periódicas e ferramentas disponibilizadas no ambiente interno, como o GT-Agroamigo e o Self-Service BI. Essa prática corrobora os argumentos de Dye (2015) e Anderson (2006), que reforçam a importância do monitoramento contínuo para garantir eficiência e correção de rumos nas políticas públicas.

Além das ferramentas quantitativas, a troca de experiências com parceiros locais também contribui para uma avaliação qualitativa dos resultados. Andrade & Almeida (2023) destacam que a escuta ativa dos atores locais permite ajustes mais precisos, respeitando as especificidades regionais e culturais dos beneficiários. Isso fortalece a adaptação do programa às diversas realidades do semiárido nordestino, um dos principais públicos do Agroamigo.

O papel das lideranças comunitárias, presidentes de associações e sindicatos rurais não pode ser subestimado. Eles funcionam como pontes entre os agricultores e as instituições financeiras, facilitando o acesso às informações e auxiliando no cumprimento dos requisitos para a liberação do crédito. Para Liorens (2001), políticas públicas de desenvolvimento local só conseguem gerar resultados efetivos quando se apoiam em uma rede institucional sólida e participativa, algo evidente na dinâmica do Agroamigo.

Outro ponto relevante é que o Agroamigo se alinha às diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), principalmente no que diz respeito à erradicação da pobreza, segurança alimentar e promoção da agricultura sustentável (ONU, 2015). A concessão de crédito responsável, associada ao acompanhamento técnico e social, amplia as possibilidades de emancipação econômica e social das famílias rurais, algo que também é analisado por Souza (2014) como um dos pilares para superação da pobreza no Nordeste.

É importante destacar ainda que os desafios enfrentados pelo programa, como questões burocráticas e dificuldades de acesso ao crédito relatadas por Lima (2018), têm sido amenizados

através da atuação dos agentes e parcerias locais, que oferecem suporte na organização da documentação necessária. Esse apoio torna o processo mais acessível e transparente, reduzindo a exclusão financeira e social dos pequenos produtores.

A literatura também evidencia que o microcrédito rural tem se mostrado uma ferramenta potente para inclusão econômica de populações vulneráveis. Neri (2008) destaca que programas como o Agroamigo, ao adaptar-se às condições socioeconômicas do público atendido, conseguem promover não apenas acesso ao crédito, mas também inclusão cidadã e maior autonomia financeira, elementos essenciais para romper ciclos de pobreza estrutural.

A articulação entre os diversos parceiros institucionais, a atuação comprometida do INEC, a satisfação dos beneficiários e agentes de crédito, bem como os mecanismos de monitoramento contínuo, demonstram que o Agroamigo constitui uma política pública robusta e bem estruturada. A análise dos autores citados confirma que a sinergia entre instituições, beneficiários e agentes operacionais é um dos grandes diferenciais do programa, assegurando sua eficácia no fortalecimento da agricultura familiar e no desenvolvimento sustentável do Nordeste brasileiro.

A análise das recentes mudanças operacionais no Programa Agroamigo revela um exemplo claro de como a avaliação constante e o diálogo com beneficiários e parceiros podem resultar em ajustes importantes sem comprometer os objetivos centrais da política pública. A alteração na classificação da atividade de mandiocultura, que passou de custeio para investimento, é um reflexo dessa escuta ativa. Conforme argumenta Dye (2015), a formulação e adaptação de políticas públicas são processos contínuos e dinâmicos, respondendo às demandas e desafios emergentes sem necessariamente alterar sua finalidade principal.

O Banco do Nordeste, ao identificar limitações impostas pela antiga classificação, promoveu uma flexibilização que ampliou a capacidade dos agricultores familiares enquadrados no grupo B da CAF acessarem integralmente os valores disponíveis. Isso dialoga diretamente com o conceito de inclusão produtiva defendido por Abramovay et al. (2013), no qual políticas de microcrédito, como o Agroamigo, precisam estar constantemente atentas às especificidades territoriais e setoriais para garantir que os recursos atinjam sua finalidade socioeconômica.

Apesar da mudança metodológica pontual, os objetivos centrais do Agroamigo – fomentar o desenvolvimento sustentável e a inclusão produtiva da agricultura familiar – mantiveram-se inalterados. Essa estabilidade é característica de políticas públicas consolidadas, conforme

destacam March e Olsen (1998), ao enfatizarem que as instituições possuem uma inércia estrutural que garante continuidade, mesmo diante de ajustes necessários para melhorar sua eficiência.

Outro aspecto relevante refere-se ao impacto positivo observado mesmo com tais alterações. Os bons resultados do programa permanecem, evidenciando, segundo Almeida & Souza (2020), que políticas de crédito rural bem estruturadas podem suportar ajustes operacionais sem perda de efetividade, desde que mantenham uma base sólida de acompanhamento, capacitação e suporte técnico ao público-alvo.

Contudo, a própria demanda apontada pelos entrevistados por melhorias nos sistemas internos do Banco e contratação de mais profissionais para as centrais de análise evidencia um gargalo estrutural no processo de operacionalização. Essa crítica é coerente com o diagnóstico apresentado por Lima (2018), que destaca como a burocracia e a limitação de pessoal técnico muitas vezes retardam ou dificultam o acesso pleno ao crédito rural, impactando negativamente sua efetividade.

Do ponto de vista teórico, a proposta de aperfeiçoamento do Agroamigo converge com as análises de Bucci (2024), para quem políticas públicas eficazes dependem não apenas da formulação normativa, mas da infraestrutura institucional capaz de assegurar sua execução célere e eficiente. O fortalecimento das centrais de análise e a modernização dos sistemas internos aparecem como medidas necessárias para reduzir a morosidade e aumentar a capilaridade do atendimento.

Além disso, como destacam Araújo e Silva (2019), a participação social e o diálogo constante com os beneficiários são fatores centrais para a legitimação e aprimoramento contínuo das políticas públicas. A própria mudança observada no Agroamigo, motivada por comparações de resultados e opiniões externas, confirma a importância de espaços consultivos e mecanismos permanentes de feedback no ciclo de políticas públicas.

O caso do Agroamigo também reforça a visão de North (1990) sobre a importância das instituições no desempenho econômico. A capacidade de adaptar processos sem desvirtuar objetivos aponta para um amadurecimento institucional que contribui para a construção de um ambiente mais favorável ao desenvolvimento econômico local, conforme discutido por Liorens (2001).

Outro ponto a ser considerado é a conexão direta entre o acesso facilitado ao crédito e os objetivos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que diz respeito

à erradicação da pobreza e promoção da agricultura sustentável (ONU, 2015). Ao garantir que atividades como a mandiocultura possam ser integralmente financiadas, o Agroamigo aproxima-se das metas globais estabelecidas, favorecendo práticas produtivas mais resilientes e seguras.

Em consonância com Lima, Carvalho e Vidal (2008), é fundamental reconhecer que programas de microfinanças como o Agroamigo não apenas oferecem crédito, mas também possuem um importante papel na inclusão social e no empoderamento econômico de grupos tradicionalmente marginalizados, como as mulheres agricultoras, contempladas com valores diferenciados no financiamento.

Por fim, é possível afirmar que, embora o programa tenha mostrado resultados positivos, o aprimoramento contínuo das políticas públicas requer atenção não só à estrutura administrativa, mas também ao ambiente econômico e social no qual se inserem. Como apontam Oliveira e Viana (2005), a integração entre crédito, assistência técnica e políticas de desenvolvimento regional é essencial para que os resultados alcançados se traduzam em melhorias duradouras na qualidade de vida dos beneficiários.

Portanto, o Agroamigo mostra-se como uma política pública em constante evolução, que, embora mantenha seus objetivos, revela-se capaz de incorporar mudanças estratégicas sem perder seu foco. Entretanto, a sustentabilidade desses avanços depende de investimentos contínuos em gestão pública, infraestrutura tecnológica e recursos humanos, como defendem Figueiredo e Limongi (2016), para garantir que as necessidades dos agricultores familiares sejam plenamente atendidas.

5.3 ENTREVISTA COM O BENEFICIÁRIO DO AGROAMIGO DE NOVA VIÇOSA

Segundo o entrevistado de Nova Viçosa, a análise do impacto socioeconômico do Programa Agroamigo como política pública para os agricultores familiares nos municípios de Caravelas e Nova Viçosa, na Bahia, nos anos de 2021 e 2022, revela uma complexa rede de relações entre o crédito rural, as condições socioeconômicas da população rural e as políticas públicas implementadas. O Agroamigo, criado pelo Banco do Nordeste, visa promover o acesso ao crédito para pequenos agricultores, com foco na inclusão social e no fortalecimento da agricultura familiar, base fundamental para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, Banco do Nordeste do Brasil, 2023). A implementação do programa tem gerado tanto desafios

quanto oportunidades para os produtores, evidenciando tanto os benefícios quanto as limitações do microcrédito rural.

De acordo com Almeida e Souza (2020), o financiamento da agricultura familiar é um elemento crucial para o desenvolvimento sustentável no Brasil. No contexto do Agroamigo, os agricultores que têm acesso a esse microcrédito enfrentam uma série de desafios e obstáculos, como a burocracia no processo de solicitação e a gestão dos recursos. A participação de pequenos agricultores nos programas de crédito, muitas vezes, é condicionada pela capacidade de gerar garantias que assegurem a devolução do crédito, um obstáculo significativo para muitos deles, que não possuem bens de grande valor (Almeida, 2019). Isso evidencia um aspecto central da política pública de crédito rural, a qual, como apontado por Neri (2008), muitas vezes falha em alcançar os agricultores mais necessitados devido às exigências financeiras e burocráticas.

Além disso, a metodologia de implementação do Agroamigo, que envolve uma articulação entre o Banco do Nordeste e os agentes de desenvolvimento local, tem mostrado avanços, mas também desafios significativos. De acordo com Lima (2018), a burocracia no processo de concessão de crédito é uma das principais barreiras para a efetiva implementação das políticas públicas de financiamento rural. A participação ativa de agentes de crédito, em conjunto com a capacitação dos beneficiários, é essencial para melhorar o processo e garantir que os recursos sejam utilizados de forma eficaz.

Sob a perspectiva da Teoria dos Sistemas, os desafios administrativos enfrentados pelos beneficiários do Agroamigo podem ser compreendidos como disfunções internas de um sistema que depende da interação eficaz entre seus diversos componentes. A gestão do crédito rural, nesse sentido, não é uma variável isolada, mas parte integrante do funcionamento do sistema produtivo do agricultor familiar. A dificuldade relatada por muitos produtores em aplicar adequadamente os recursos recebidos reflete uma falha no subsistema de capacitação técnica e planejamento financeiro, conforme discutem Gomes e Almeida (2020).

Em um sistema, segundo Bertalanffy (2008), o bom funcionamento de cada parte é essencial para a efetividade do todo. Assim, a ausência de orientação técnica adequada compromete a eficácia do Agroamigo, pois interfere diretamente na capacidade dos beneficiários de utilizar o crédito de forma estratégica e sustentável. A ausência de capacitação compromete o equilíbrio do sistema, gerando desperdício de recursos, baixa produtividade e, em muitos casos, endividamento. Para que o sistema funcione plenamente, é necessário que haja retroalimentação positiva, por meio

de um acompanhamento contínuo e de intervenções corretivas que ofereçam apoio técnico-financeiro aos agricultores.

Por outro lado, quando o sistema opera com sinergia entre seus elementos — agentes de crédito, políticas de capacitação, acesso a insumos e mercados —, os resultados tendem a ser positivos. Os relatos de aumento da produção e melhoria da qualidade de vida dos beneficiários demonstram que, em muitos casos, o Agroamigo tem conseguido atingir seus objetivos. De acordo com Andrade e Almeida (2023), os agricultores que acessaram o programa de forma adequada passaram a apresentar maior estabilidade econômica e capacidade de diversificação produtiva, o que reforça o princípio da homeostase sistêmica — ou seja, a capacidade de autorregulação e manutenção do equilíbrio dinâmico diante de estímulos externos.

Tais resultados indicam que o Agroamigo pode ser entendido como um sistema aberto, que interage constantemente com o meio ambiente econômico, político e social. Essa abertura permite a adaptação contínua às demandas dos beneficiários e às condições externas, promovendo um desenvolvimento rural mais equilibrado. Ao contribuir para a redução das desigualdades econômicas nas regiões atendidas, o programa cumpre uma função de regulação sistêmica, promovendo uma redistribuição de oportunidades e fortalecendo os elos mais frágeis da cadeia produtiva rural.

No entanto, a Teoria dos Sistemas também alerta para a complexidade e a heterogeneidade interna dos sistemas sociais. O impacto do Agroamigo, nesse contexto, não pode ser compreendido como linear ou homogêneo. De acordo com Rodrigues Júnior et al. (2013), a diversidade socioeconômica dos beneficiários — especialmente nas regiões mais periféricas — introduz diferentes variáveis nos processos de recepção, apropriação e uso do crédito rural. Essa variação afeta diretamente o desempenho do sistema como um todo, criando assimetrias no alcance dos objetivos propostos.

Enquanto alguns agricultores possuem condições estruturais e conhecimento técnico para expandir suas atividades, outros enfrentam limitações que os colocam em posição de vulnerabilidade diante do mesmo estímulo — o acesso ao crédito. Em um sistema complexo, como o da agricultura familiar nordestina, essas diferenças de capacidade operativa geram outputs distintos, ainda que os inputs (como o crédito) sejam semelhantes. Isso evidencia a necessidade de uma abordagem sistêmica diferenciada, que reconheça a singularidade de cada unidade dentro do sistema maior.

Quando parte dos agricultores não consegue administrar o crédito de maneira eficaz, gera-se um ciclo de retroalimentação negativa. Esse processo pode resultar em endividamento, descontinuidade das atividades produtivas e até exclusão do programa. Tais disfunções revelam a fragilidade de subsistemas que deveriam dar suporte aos beneficiários mais vulneráveis, como os mecanismos de formação continuada, extensão rural e assessoria administrativa. A falha de um componente compromete o desempenho de todo o sistema, como afirma Bertalanffy (2008).

Diante disso, é necessário que o Agroamigo reforce sua estrutura de apoio técnico, ampliando a capacidade de diagnóstico e intervenção localizada, de forma a modular o sistema conforme as especificidades regionais e individuais. A incorporação de ferramentas de análise sistêmica pode permitir uma compreensão mais precisa das interações entre os diversos fatores que afetam a eficácia do programa. Assim, políticas públicas baseadas em uma lógica sistêmica podem gerar maior impacto social, ao reconhecer e tratar as interdependências entre as variáveis envolvidas.

Portanto, ao ser pensado como um sistema complexo, o Agroamigo revela sua força e suas limitações. Sua força reside na capacidade de articular diferentes elementos — crédito, assistência técnica, políticas sociais — para promover o desenvolvimento rural. Suas limitações, por outro lado, emergem quando partes do sistema operam de forma isolada ou desarticulada. A compreensão desses mecanismos, à luz da Teoria dos Sistemas, permite aprimorar o programa e torná-lo mais responsivo às necessidades reais dos seus beneficiários.

Para muitos agricultores, o Agroamigo se apresenta como uma alternativa importante de acesso ao crédito, uma vez que as instituições bancárias tradicionais, devido à exigência de garantias e altas taxas de juros, não são acessíveis a esse público. Assim, o programa assume uma função crucial na inclusão financeira e na promoção do desenvolvimento rural. Isso é corroborado por Barbosa (2017), que discute a importância de políticas públicas de crédito para o fortalecimento das economias locais, especialmente nas regiões mais carentes.

No entanto, para que o Agroamigo seja ainda mais eficaz, a gestão do crédito precisa ser aprimorada. A implementação de processos mais simplificados e o uso de tecnologias que permitam um controle mais eficiente dos recursos podem reduzir os custos operacionais e aumentar a transparência do programa (Almeida & Souza, 2020). A digitalização dos processos e a utilização de plataformas online poderiam facilitar o acesso e a gestão do crédito, permitindo maior controle por parte dos agricultores e dos agentes de crédito.

Outro ponto importante diz respeito à capacitação dos beneficiários. Como aponta Costa (2015), a adaptação das técnicas agrícolas à realidade climática e geográfica do Nordeste é essencial para garantir a sustentabilidade das produções rurais. Assim, o Agroamigo poderia investir mais em programas de capacitação voltados para as novas tecnologias agrícolas, sustentabilidade e gestão financeira. Isso não apenas aumentaria a eficiência do uso do crédito, mas também promoveria um desenvolvimento mais sustentável nas áreas atendidas.

A análise do Agroamigo também revela uma forte relação com outras políticas públicas, como as voltadas para a segurança alimentar e a redução da pobreza. Segundo a ONU (2015), as políticas de crédito rural devem estar alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como a erradicação da fome e a promoção da agricultura sustentável. Nesse sentido, o Agroamigo tem potencial para contribuir significativamente para a segurança alimentar nas regiões atendidas, mas isso depende da integração do programa com outras iniciativas que promovam o desenvolvimento social e econômico de forma mais ampla.

A experiência de Caravelas e Nova Viçosa demonstra que o Agroamigo é uma política pública essencial para a sustentabilidade da agricultura familiar, mas também aponta para a necessidade de aperfeiçoamentos. Como sugere Bucci (2014), a constante avaliação e revisão das políticas públicas são fundamentais para garantir que estas atendam às necessidades dos beneficiários e resultem em mudanças efetivas nas condições de vida e trabalho das populações rurais.

Em termos de resultados, o Agroamigo tem mostrado que o crédito rural, quando bem estruturado e acessível, pode ser uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento das comunidades rurais. Porém, como qualquer política pública, o sucesso do Agroamigo depende de uma análise contínua dos seus impactos e da adaptação das suas estratégias aos desafios e realidades locais. O futuro do programa, portanto, está diretamente relacionado à sua capacidade de se reinventar e de integrar novos elementos que garantam sua eficácia e sua continuidade como uma ferramenta de inclusão social e desenvolvimento no campo.

Para que o Agroamigo alcance seu pleno potencial, é essencial que se promovam discussões contínuas sobre os critérios de concessão do crédito e sobre as estratégias de acompanhamento e avaliação dos impactos. Como ressalta Araújo e Silva (2019), a participação da sociedade civil nas políticas públicas, juntamente com um maior engajamento dos municípios e dos próprios

beneficiários, pode resultar em uma maior eficácia do programa e no fortalecimento da agricultura familiar em áreas como Caravelas e Nova Viçosa.

5.4 ENTREVISTA COM O BENEFICIÁRIO 01 DO AGROAMIGO DE CARAVELAS

O Programa Agroamigo, segundo o beneficiário 01 do Agroamigo de Caravelas, implementado pelo Banco do Nordeste do Brasil, tem se mostrado fundamental no fortalecimento da agricultura familiar no Nordeste. De acordo com a publicação "Cinco anos de Agroamigo: retrato do público e efeitos do programa" (Abramovay et al., 2012), o programa visa à concessão de financiamento para a área rural, adotando metodologia própria de atendimento aos produtores em sua comunidade através dos assessores de microcrédito rural.

Sob a perspectiva da Teoria dos Sistemas, o acesso ao crédito rural pode ser compreendido como um componente essencial dentro do sistema mais amplo da agricultura familiar. Segundo Bertalanffy (2008), um sistema é composto por partes interdependentes que, ao interagirem, produzem efeitos coletivos maiores do que a soma de suas unidades. Nesse sentido, conforme analisado por Almeida e Souza (2020), o crédito rural não deve ser tratado isoladamente, mas como um elo estratégico que se articula com outros subsistemas — como capacitação técnica, infraestrutura produtiva e mercados — para viabilizar o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares. Quando esse subsistema falha, todo o sistema produtivo se fragiliza, comprometendo sua capacidade de autorregulação, adaptação e crescimento.

Aém disso, políticas públicas voltadas ao financiamento da agricultura familiar devem considerar a complexidade e a dinamicidade dos sistemas sociais e econômicos em que os agricultores estão inseridos. A Teoria dos Sistemas destaca a importância de fluxos contínuos de informação, retroalimentação e adaptação para a manutenção do equilíbrio sistêmico. Assim, facilitar o acesso ao crédito implica não apenas ampliar linhas de financiamento, mas também integrar essas ações a programas de orientação, monitoramento e inclusão produtiva. Essa abordagem sistêmica, conforme reforçado por Almeida e Souza (2020), é fundamental para que o crédito funcione como um instrumento de transformação estrutural e não apenas como um alívio pontual às carências financeiras do campo.

No caso específico do Ceará, Maciel et al. (2009) em seu estudo "O impacto do programa de microcrédito rural (Agroamigo) na melhoria das condições das famílias beneficiadas no estado do Ceará: um estudo de caso" verificaram que o programa contribuiu para a melhoria das condições

de vida dos agricultores familiares, aumentando a renda e a qualidade de vida das famílias beneficiadas.

No entanto, é importante ressaltar que, apesar dos avanços proporcionados pelo Agroamigo, desafios como a gestão adequada dos recursos e a garantia de que o crédito seja utilizado para a finalidade proposta ainda persistem. Abramovay et al. (2012) enfatizam a necessidade de monitoramento contínuo para assegurar que os recursos contribuam efetivamente para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

A sustentabilidade das operações de crédito rural também é uma preocupação central. Barbosa (2017) discute em "Sustentabilidade e crédito rural no Brasil: desafios e oportunidades" os desafios enfrentados na implementação de práticas sustentáveis no crédito rural, ressaltando a importância de políticas públicas que incentivem a adoção de práticas agrícolas sustentáveis pelos agricultores familiares.

Além disso, consoante o entrevistado, a capacitação dos agricultores familiares é essencial para o uso eficiente do crédito. Andrade e Almeida (2020) em "Perfil dos produtores da agricultura familiar e uso dos critérios de Environmental, Social and Governance [ESG] na Região Baixo Sul, Bahia" destacam a importância da educação e capacitação para a adoção de práticas agrícolas sustentáveis e para a gestão eficaz dos recursos financeiros.

A participação ativa dos agricultores na formulação e implementação de políticas públicas também é crucial. Araújo e Silva (2019) discutem em "A Participação da Sociedade Civil nas Políticas Públicas: Desafios e Possibilidades" a importância da inclusão dos agricultores familiares nos processos decisórios, garantindo que suas necessidades e desafios sejam adequadamente atendidos.

A análise crítica das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar é fundamental para identificar áreas de melhoria. Souza (2017) em "Desigualdade Regional e Políticas Públicas no Brasil: Uma Análise Crítica" oferece insights sobre como as políticas públicas podem ser aprimoradas para reduzir as desigualdades regionais e promover um desenvolvimento mais equitativo no setor agrícola.

A inovação tecnológica também desempenha um papel vital no desenvolvimento da agricultura familiar. O estudo "Desafios de inovação para a agricultura familiar - estratégia para a agricultura familiar: visão de futuro rumo à inovação" (Didoneti et al., 2020) aborda como a adoção

de tecnologias pode aumentar a produtividade e a sustentabilidade das operações agrícolas familiares.

A análise dos impactos socioeconômicos do Agroamigo é essencial para compreender sua efetividade. A pesquisa "Agroamigo: uma análise de sua importância para os pequenos agricultores do Nordeste brasileiro" (Silva, 2020) avalia os efeitos do programa na vida dos agricultores, destacando tanto os avanços quanto as áreas que necessitam de aprimoramento.

Ainda, é fundamental que haja uma avaliação contínua dos resultados do Agroamigo, permitindo ajustes e melhorias constantes. A pesquisa "Microcrédito: O Mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro" (Neri, 2008) oferece uma perspectiva sobre os desafios e sucessos do microcrédito na região, contribuindo para a compreensão de como programas como o Agroamigo podem ser otimizados para melhor atender às necessidades dos agricultores familiares.

5.5 ENTREVISTA COM O BENEFICIÁRIO 02 DO AGROAMIGO DE CARAVELAS

Sob a ótica da Teoria dos Sistemas, o Programa Agroamigo pode ser compreendido como um subsistema dentro do sistema maior de desenvolvimento rural sustentável. Instituído pelo Banco do Nordeste, o Agroamigo articula diversos elementos — agentes financeiros, agricultores, políticas públicas e tecnologias produtivas — que, ao interagirem, formam um conjunto interdependente voltado para a transformação da realidade socioeconômica no campo. Como destaca Bertalanffy (2008), sistemas complexos demandam integração e retroalimentação entre suas partes para que funcionem de maneira eficaz. Nesse sentido, o programa representa uma tentativa sistêmica de promover inclusão produtiva por meio do microcrédito rural orientado.

A experiência dos beneficiários do programa, como relatada pelo entrevistado 02, reforça essa concepção de sistema, na medida em que o acesso ao crédito gera impactos em múltiplas dimensões: na produção agrícola, na renda familiar, na capacitação dos trabalhadores e, por consequência, no fortalecimento das economias locais. O investimento realizado em culturas como mandioca, milho e feijão, viabilizado pelos recursos do Agroamigo, demonstra como a interação entre os componentes do sistema (crédito, insumos, mão de obra e assistência técnica) produz resultados sinérgicos. Segundo Abramovay et al. (2012), esses efeitos positivos se traduzem em aumento de produtividade e melhoria das condições de vida dos agricultores familiares.

Outro elemento essencial dentro da lógica sistêmica é o papel dos agentes de crédito, que atuam como mediadores entre o programa e os agricultores. Esses agentes não apenas viabilizam

o acesso aos recursos financeiros, como também fornecem informações, orientações e acompanhamento, garantindo que os fluxos internos do sistema funcionem de maneira contínua. Conforme apontado por Lima (2018), embora o processo inclua etapas burocráticas e exigências formais, a atuação dos agentes contribui para minimizar entraves e fortalecer a eficiência do sistema como um todo. Ainda assim, quando há rupturas na comunicação ou falhas no suporte técnico, o desempenho do sistema se compromete.

As dificuldades enfrentadas por alguns agricultores no acesso ao crédito, como a exigência de documentação e garantias, revelam desequilíbrios sistêmicos que afetam o funcionamento harmônico do programa. A Teoria dos Sistemas sugere que falhas em uma parte do sistema repercutem sobre as demais, comprometendo sua estabilidade e eficácia. Quando um beneficiário não possui capacitação técnica ou enfrenta obstáculos burocráticos, o sistema não atinge seu potencial pleno. Como observam Andrade e Almeida (2020), a ausência de conhecimento em gestão financeira pode levar ao uso inadequado dos recursos, resultando em baixos retornos e até endividamento.

Para garantir um sistema mais resiliente e adaptativo, é necessário investir em mecanismos de retroalimentação e aprendizagem contínua. Isso inclui ações de capacitação em gestão financeira, técnicas agrícolas sustentáveis e estratégias de mercado. A formação contínua dos beneficiários torna o sistema mais preparado para responder a variações externas, como mudanças climáticas ou flutuações de preços. Conforme Bertalanffy (2008), um sistema vivo e aberto precisa ser capaz de adaptar-se ao seu ambiente para manter sua funcionalidade e promover desenvolvimento.

Além disso, a simplificação dos trâmites burocráticos e a flexibilização de critérios de acesso podem tornar o sistema mais inclusivo. Sistemas eficientes, segundo a Teoria dos Sistemas, são aqueles capazes de integrar novas partes sem desorganizar sua estrutura. Ampliar o número de agricultores beneficiados requer um desenho institucional que considere a diversidade de perfis e realidades no meio rural. Para isso, a presença de organizações locais, associações e cooperativas como parceiros operacionais pode fortalecer a coesão e a integração do sistema de crédito rural.

Outro ponto importante é a interligação do Agroamigo com outros programas e políticas públicas, como assistência técnica, educação rural e programas ambientais. A Teoria dos Sistemas enfatiza a necessidade de conexões com o ambiente externo, pois nenhum sistema opera isoladamente. Quando o Agroamigo é articulado a outras políticas, cria-se um ecossistema de

desenvolvimento rural mais robusto, capaz de promover não apenas crescimento econômico, mas também sustentabilidade ambiental e inclusão social, como defendem Almeida e Souza (2020).

Ainda, a eficácia do Agroamigo depende da capacidade do sistema de se autoavaliar, corrigir falhas e promover melhorias contínuas. Isso exige uma governança sensível à realidade local e atenta aos fluxos de informação que circulam entre os diversos níveis do programa. Nesse sentido, a Teoria dos Sistemas oferece não apenas um modelo explicativo, mas também uma base para a construção de políticas públicas mais integradas, responsivas e sustentáveis no meio rural brasileiro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa trouxe à tona uma visão sobre o funcionamento, os impactos e os desafios do programa nesses dois municípios. A análise realizada permitiu compreender a importância do Agroamigo como política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar e à inclusão produtiva dos pequenos produtores rurais da região.

Em relação ao primeiro objetivo específico, que consistia em levantar as discussões clássicas e contemporâneas sobre crédito rural, agricultura familiar e políticas públicas, foi possível verificar que o crédito rural possui um papel estratégico no desenvolvimento do meio rural. Observou-se que tanto as concepções tradicionais quanto as abordagens atuais reforçam a necessidade de políticas públicas que ampliem o acesso ao crédito e promovam condições adequadas para a permanência e fortalecimento dos agricultores familiares no campo.

Quanto ao segundo objetivo específico, que buscava caracterizar o perfil socioeconômico dos empreendedores rurais atendidos pelo Agroamigo, a pesquisa mostrou que os beneficiários da região apresentam características marcantes. São, em sua maioria, pequenos produtores, com baixa escolaridade formal, dependentes do trabalho familiar e com forte presença de mulheres na gestão das atividades. Esse perfil evidencia a relevância do programa para públicos historicamente excluídos do sistema financeiro tradicional e que encontram no microcrédito uma oportunidade de melhorar suas condições de vida e produção.

No terceiro objetivo específico, que propunha descrever as etapas operacionais da metodologia do Agroamigo e sua relação com os atores envolvidos, constatou-se que o programa possui um fluxo operacional bem estruturado. Desde a identificação do potencial beneficiário até a liberação e acompanhamento do crédito, o Agroamigo conta com a atuação de agentes de

microcrédito, responsáveis pela orientação e apoio aos produtores. Contudo, foi perceptível a existência de gargalos operacionais, como a necessidade de maior agilidade na análise dos pedidos e de fortalecimento da equipe técnica.

Já no quarto objetivo específico, que visava avaliar os desafios e limitações enfrentadas pelos beneficiários, foram identificadas algumas dificuldades significativas. Entre elas, destacam-se a burocracia nos processos, a demora na liberação dos recursos, a falta de assistência técnica contínua e a limitação no acesso a tecnologias digitais. Essas questões acabam impactando diretamente na eficiência do uso do crédito e nos resultados obtidos pelos produtores.

Um dos pontos relevantes identificados na pesquisa foi a recente alteração no enquadramento da atividade de mandiocultura, que passou a ser considerada como investimento. Essa mudança facilitou o acesso ao crédito para os agricultores familiares que cultivam essa cultura, representando um avanço importante para a realidade produtiva dos municípios de Caravelas e Nova Viçosa. Tal medida demonstra a capacidade do programa em se adaptar às demandas locais, sem comprometer seus objetivos centrais.

Observou-se também que, mesmo diante de mudanças e ajustes, os resultados do Agroamigo nos municípios analisados permanecem positivos. O volume de contratações e o índice de adimplência continuaram elevados durante os anos de 2021 e 2022, o que evidencia o compromisso dos beneficiários e a eficácia do modelo adotado pelo programa.

No entanto, a pesquisa revelou que há espaço para aperfeiçoamento, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento da infraestrutura operacional. Ficou evidente a necessidade de ampliação do quadro de agentes de microcrédito e modernização dos sistemas internos, a fim de proporcionar maior celeridade e eficiência nos atendimentos.

Outro aspecto relevante foi a constatação da importância do programa para o fortalecimento da autonomia financeira das mulheres agricultoras. A diferenciação no valor do financiamento destinado às mulheres funcionou como um incentivo concreto para que elas ampliem sua participação nas atividades produtivas, contribuindo para maior equidade de gênero no meio rural.

Além disso, a pesquisa mostrou que o Agroamigo desempenha papel essencial não apenas no aspecto financeiro, mas também no fortalecimento da agricultura familiar enquanto estratégia de desenvolvimento local sustentável. O acesso ao crédito contribuiu para a melhoria da renda, das condições de produção e da qualidade de vida das famílias beneficiadas.

Pode-se afirmar que todos os objetivos específicos da pesquisa foram devidamente atendidos. Foi possível levantar as discussões teóricas e práticas sobre crédito rural e políticas públicas, caracterizar o perfil dos beneficiários, descrever as etapas operacionais do programa e avaliar as dificuldades enfrentadas pelos produtores ao longo do período analisado.

A análise realizada nos municípios de Caravelas e Nova Viçosa trouxe uma visão concreta de como o Agroamigo pode ser um instrumento eficaz na promoção da inclusão produtiva, desde que sejam superadas algumas limitações operacionais e ampliadas as parcerias com instituições de assistência técnica e extensão rural.

Os dados obtidos também indicam que a manutenção do diálogo constante entre beneficiários, agentes e gestores do programa é fundamental para a identificação de demandas locais e para a realização de ajustes que atendam às realidades específicas de cada município.

Assim, conclui-se que o Agroamigo representa uma política pública consolidada e relevante para o fortalecimento da agricultura familiar, sendo um exemplo de como o microcrédito pode ser utilizado como ferramenta para promover desenvolvimento socioeconômico e reduzir desigualdades.

Por fim, recomenda-se a continuidade e expansão do programa, acompanhada da implementação de melhorias operacionais, de forma a garantir que seus benefícios alcancem um número ainda maior de produtores e potencializem os resultados positivos observados nesta pesquisa

Ademais, a condução da pesquisa sobre o Agroamigo nos municípios de Caravelas e Nova Viçosa – Bahia enfrentou diversas dificuldades, sobretudo relacionadas ao acesso a dados primários e à disponibilidade dos beneficiários para entrevistas. Muitos sujeitos da pesquisa residem em áreas de difícil acesso e têm rotinas produtivas intensas, o que limitou a realização de visitas presenciais e dificultou a coleta de depoimentos mais aprofundados. Além disso, a ausência de registros sistematizados sobre a atuação local do programa nos anos de 2021 e 2022 exigiu maior esforço na triangulação de informações com agentes de crédito, sindicatos rurais e técnicos da extensão rural

Os limites da investigação estiveram principalmente vinculados à restrição temporal e geográfica. Ao focar especificamente nos anos de 2021 e 2022, a análise desconsidera possíveis impactos cumulativos de ações anteriores do programa, bem como mudanças posteriores que possam ter alterado sua efetividade. Também se restringe à realidade de dois municípios do

extremo sul da Bahia, o que impossibilita generalizações para outras regiões com dinâmicas socioeconômicas distintas. A pandemia da COVID-19, ainda com efeitos persistentes no período investigado, também impôs limitações, afetando tanto a operacionalização do programa quanto o cotidiano dos agricultores

Diante desses desafios, foram adotados esforços metodológicos para assegurar a validade e a consistência dos resultados. Optou-se por uma abordagem qualitativa, com entrevistas semiestruturadas realizadas de forma remota sempre que possível, complementadas por análise documental e consulta a dados secundários disponíveis em órgãos como o Banco do Nordeste e o IBGE. A triangulação metodológica, aliada à contextualização socioeconômica local, foi essencial para superar as lacunas empíricas e construir uma análise crítica e coerente sobre os efeitos do Agroamigo nos territórios estudados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R; MADEIRA, G. A.; RODRIGUES JÚNIOR, M; GONÇALVES, M. F.; MACIEL, I. S. R.; SANTOS, R.A. **Cinco Anos de Agroamigo: Retrato do público e efeitos do programa.** 2ª ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2013.

ALMEIDA, L. F., & SOUZA, T. R. (2020). **Desafios e oportunidades no financiamento da agricultura familiar.** Revista Brasileira de Política Agrícola.

ALMEIDA, P. (2019). **O crédito rural como ferramenta de desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Editora Rural.

ANDERSON, James E. **Public Policymaking.** 7th ed. Boston: Cengage Learning, 2006.

ANDRADE, Louise Franco & ALMEIDA Risely Ferraz. Perfil dos produtores da agricultura familiar e usados critérios de Environmental, Social and Governance [ESG] na Região Baixo Sul, Bahia. **Revista Extensão & Cidadania - Revista da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários** ISSN2319- 0566 – UESB. Disponível em: < <https://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb/article/view/11797/7184> > Acesso em 10 de junho de 2023.

APOLLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a Produção do Conhecimento Científico.** São Paulo: Atlas, 2004.

ARAÚJO, R., & Silva, M. (2019). **A Participação da Sociedade Civil nas Políticas Públicas: Desafios e Possibilidades.** Revista Brasileira de Política Pública.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual do Crédito Rural – MCR.** Disponível em: < <https://www3.bcb.gov.br/mcr/completo> > Acesso em 10 de junho de 2023.

BARBOSA, J. (2017). **Sustentabilidade e crédito rural no Brasil: desafios e oportunidades.**

Brasília: Instituto Nacional de Pesquisa Agropecuária.

BUCCI, Maria Paula Dallari, **O conceito de política pública em direito**. Disponível em: <
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4182322/mod_resource/content/1/BUCCI_Maria_Paula_Dallari._O_conceito_de_politica_publica_em_direito.pdf. Acesso em 10 de Outubro de 2024.

BRASIL. **Banco do Nordeste do Brasil. Programa Agroamigo**. Disponível em: <
<https://www.bnb.gov.br/>> .Acesso em 08 de Fevereiro. 2023.

CAMPOS, J., & Figueiredo, R. (2020). **Políticas de Transferência de Renda no Brasil: Impactos e Desafios**. Journal of Economic Policy.

CARVALHO, Luis Osete Ribeiro; DUARTE, Francisco Ricardo; MENEZES, Afonso Henrique Novaes; SOUZA Tito Eugênio Santos, **Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância**. – Petrolina-PE, 2019. 83 p.: 20 cm. 1 Livro digital.

COSTA, A. (2015). **Clima e agricultura no Nordeste brasileiro: impactos e adaptações**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará.

DYE, Thomas R. **Understanding Public Policy**. 15th ed. Upper Saddle River: Pearson, 2015.

FEBRABAN. **Objetivos Estratégicos Permanentes**. Disponível em:
<https://portal.febraban.org.br/pagina/3031/9/pt-br/institucional>. Acesso em 18 de fevereiro de 2023.

FGV – **Fundação Getúlio Vargas**. Disponível em: <https://cps.fgv.br/Pobreza-Desigualdade>. Acesso em 08 de Fevereiro de 2024.

FIGUEIREDO, A., & Limongi, F. (2016). **Políticas Públicas e Mudanças de Governo: Um Estudo das Relações entre Parlamento e Executivo no Brasil**. Revista Brasileira de Política Internacional.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. In: **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

GROSSI, M. **Além do Bolsa Família**. Disponível em: <https://www.cebds.org.br/alem-do-bolsa-familia/> Acesso em 16 de Junho de 2023.

LIMA, M. L. S.; CARVALHO, L. A.; VIDAL, M. B. **Microfinanças e inclusão social – Um estudo de caso**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008.

LIND BLOM, Charles E. **The Science of "Muddling Through"**. Public Administration Review, v. 19, n. 2, p. 79-88, 1959.

LIMA, M. (2018). **Burocracia e dificuldades no acesso ao crédito rural na agricultura familiar**. Recife: Editora do Nordeste.

LIORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento Econômico Local: Caminhos e Desafios para a Construção de uma Nova Agenda Política**. Tradução: Antônio R. P. Braga. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

MARCH, James G.; OLSEN, Johan P. **The Institutional Dynamics of International Political Orders**. International Organization, v. 52, n. 4, p. 943-969, 1998.

MINAYO, M. C. S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

NERI, Marcelo Cortes. **Microcrédito. O Mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro**. FGV; 1ª ed, 2008.

NORTH, Douglass C. **Institutions, Institutional Change and Economic Performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA, L. (2021). **A Resposta do Brasil à Pandemia: Desafios e Lições para as Políticas**

Públicas. Revista de Ciências Sociais.

OLIVEIRA, M. S. O.; VIANA, P. J. R. **Desenvolvimento regional: 50 anos do BNB.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2005, 340 p.

OLIVEIRA, R. (2014). **O crédito rural e o desenvolvimento rural no Brasil:** análise crítica das políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora FGV.

ONU – **Organizações da Nações Unidas.** Disponível em: < <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>> Acesso em 07 de Junho de 2023.

REGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família – Autonomia, dinheiro e cidadania.** – 2ª edição, Unesp, 2014.

RIBEIRO, E. A. (2018). **Políticas públicas e desigualdades regionais no Brasil.** Cadernos de Desenvolvimento Regional.

SEBRAE. **Programa Sebrae de microcrédito para pequenos negócios 2023.** Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/microcredito-para-pequenos-negocios-tire-as-suas-duvidas>. Acesso em 05 de Junho de 2023.

SOUZA, Nelson Antônio de (2014) – **Atuação de um banco de desenvolvimento para a superação da pobreza: O exemplo do Banco do Nordeste do Brasil.** Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/artigo_14.pdf. Acesso em 19 de Outubro de 2024.

SOUZA, R., T de. (2017). **Desigualdade Regional e Políticas Públicas no Brasil: Uma Análise Crítica.** Revista Brasileira de Estudos Regionais.

UN. **The Future We Want: A World of Dignity for All.** New York: United Nations, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro de Entrevista – Assessor de Crédito Agroamigo

1. Há quanto tempo exerce este cargo?
2. Para você, quais os principais objetivos do Agroamigo?
3. Você considera que estes objetivos estão sendo alcançados? Justifique.
4. Qual o seu papel dentro da operacionalização da metodologia aplicada pelo Agroamigo?
5. Quais são as etapas do Agroamigo? Faça um resumo do que o assessor de crédito faz.
6. Detalhe o que é feito em cada etapa do processo.
7. Em sua opinião, quem são os parceiros do Agroamigo?
8. Como tem sido o seu relacionamento com cada um deles? (Gerente geral, Gerente PRONAF, Coordenadora INEC; IPA; Agricultores Familiares)?
9. Como é feito o acompanhamento e cobrança de cada cliente?
10. É dada alguma orientação no que diz respeito ao controle das despesas e receitas, bem como do resultado do negócio (lucro)?
11. É feito algum acompanhamento econômico-financeiro, junto aos beneficiários, após a liberação do crédito?
12. O que dizem os clientes para vocês sobre o Programa Agroamigo?
13. O que você sugere como aperfeiçoamento no programa?
14. Outras considerações.

APÊNDICE B: Roteiro de Entrevista – Coordenador de Crédito Agroamigo

1. Há quanto tempo exerce este cargo?
2. Quais os principais objetivos do Agroamigo?
3. Esses objetivos estão sendo alcançados? Justifique.
4. Quais as etapas da metodologia do Agroamigo? Descreva cada uma dessas etapas.
5. Em sua opinião, quem são os parceiros do Agroamigo?
6. Como é a relação do INEC com as demais instituições envolvidas na operacionalização do Agroamigo?
7. Você tem contato com os beneficiários do programa? Se sim, o que eles falam sobre o Agroamigo?
8. O que os assessores de crédito falam sobre o programa?
9. Fazem-se comparações entre os resultados esperados com os resultados alcançados? Se sim, como são feitas essas comparações?
10. Já houve casos, através destas comparações de resultados e das opiniões dos beneficiários e/ou parceiros, resultarem alguma mudança no processo de operacionalização da metodologia aplicada pelo Agroamigo?
11. Se sim, essas mudanças trouxeram modificações dentro do principal objetivo do programa?
12. Mesmo com essas mudanças o programa sempre conseguiu bons resultados?
13. O que você sugere como aperfeiçoamento para melhoria do programa?
14. Outras considerações.

APÊNDICE C: Roteiro de Entrevista – Beneficiários do Agroamigo

Introdução

- Nome:
- Idade:
- Localização:
- Tempo de participação no programa Agroamigo:

Perguntas Iniciais

1. Como você conheceu o programa Agroamigo?
2. O que motivou você a participar do programa?

Impactos Pessoais

3. Quais mudanças você percebeu na sua vida após se tornar um mutuário do Agroamigo?
4. Você notou alguma melhoria na sua renda familiar? Se sim, pode descrever?
5. Como o acesso a crédito facilitado influenciou suas atividades agrícolas?

Impactos na Atividade Agrícola

6. Quais investimentos você fez na sua propriedade com o financiamento do Agroamigo?
 - (Ex: compra de sementes, equipamentos, melhoramento de infraestrutura)
7. Houve um aumento na produtividade da sua propriedade? Pode quantificar isso?
8. Como você avalia o suporte técnico e a orientação recebida através do programa?

Impactos na Comunidade

9. Como a sua participação no Agroamigo impactou sua comunidade local?
 - (Ex: geração de empregos, desenvolvimento de pequenas empresas)
10. Você percebe alguma mudança nas relações sociais na sua comunidade relacionada ao programa?

Considerações Finais

11. Quais são os maiores desafios que você enfrentou dentro do programa?

12. O que você gostaria de ver melhorado ou alterado no programa Agroamigo?

13. Que mensagem você gostaria de deixar para outros agricultores que estão pensando em participar do programa?

Encerramento

- Há algo mais que você gostaria de compartilhar sobre sua experiência com o Agroamigo?